

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

Ramiro Soares Valdez

**PAISAGENS POLÍTICAS:
UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA DAS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM
NA ÁREA DO ATUAL PARQUE ESTADUAL DO RIO VERMELHO,
FLORIANÓPOLIS, SC**

Florianópolis, 2017

RAMIRO SOARES VALDEZ

**PAISAGENS POLÍTICAS:
uma abordagem antropológica das transformações da paisagem na área do atual Parque
Estadual do Rio Vermelho, Florianópolis, SC**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência para a
obtenção do título de Bacharel em
Antropologia pela Universidade
Federal de Santa Catarina
Orientador: Prof. Dr. Rafael
Victorino Devos

**Florianópolis,
2017**

RAMIRO SOARES VALDEZ

**PAISAGENS POLÍTICAS:
uma abordagem antropológica das transformações da paisagem na área do atual Parque
Estadual do Rio Vermelho, Florianópolis, SC**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Antropologia, e aprovado em sua forma final pelo Programa de Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 4 de dezembro de 2017.

Prof^ª. Dr^ª Maria Eugenia Dominguez
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rafael Victorino Devos
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Pedro Castelo Branco Silveira.
Fundação Joaquim Nabuco (PE)

Prof^ª. Dr^ª Edviges Marta Ioris.
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Embora tenha sido escrito por mim, este trabalho envolve muita gente. Ao longo dos caminhos que levaram à sua realização, encontrei pessoas que tiveram parte, de alguma forma, em sua produção. Em primeiro lugar, gostaria de deixar um agradecimento especial às pessoas da comunidade quilombola Vidal Martins, que me acolheram em suas casas e com paciência contaram um pouco de experiências, partilhando de suas memórias e visões de mundo comigo, permitindo-me vislumbrar a riqueza de seus saberes, e a importância de sua luta e resistência. Este trabalho existe, primeiramente, graças a eles e à sua história.

Agradeço também ao professor Rafael Victorino Devos, cuja orientação me ajudou a encontrar os caminhos para chegar ao fim deste trajeto. Sem suas sugestões e apontamentos, o resultado final deste trabalho definitivamente não seria o mesmo. Agradeço à professora Ilka Boaventura Leite, ao lado de quem aprendi muito (não apenas) sobre antropologia, tanto nas várias disciplinas que cursei ministradas por ela, quanto nos projetos de que pude participar a seu lado, e que foram vitais para minha formação até aqui. Também gostaria de agradecer aos membros da equipe interdisciplinar que elaborava o laudo socioantropológico da comunidade Vidal Martins, durante a etapa de que participei.

Para além da pesquisa monográfica a que se propõe imediatamente, este Trabalho de Conclusão de Curso está ligado a um percurso mais amplo, um longo percurso de formação, envolvendo toda uma diversidade de experiências e encontros, das salas de aula às mesas de bar. Assim, é importante agradecer também a todos e todas colegas, professores e professoras da graduação em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, que de alguma forma fizeram parte desse percurso.

RESUMO

Esta monografia aborda a ligação entre relações sociais e transformações da paisagem através de uma perspectiva que abarca a ação de humanos e não humanos, para além da dicotomia “Natureza/Cultura”. O foco analítico recai sobre a área em que foi instaurada a Estação Florestal do Rio Vermelho, atual Parque Estadual do Rio Vermelho (PAERVE - Florianópolis/SC), para fins de silvicultura com espécies exóticas, principalmente o pínus, numa iniciativa que unia setor privado e Estado. A ideia da pesquisa surgiu a partir do trabalho de campo do autor como pesquisador-assistente na elaboração de laudo antropológico sobre a comunidade quilombola Vidal Martins, ao ouvir narrativas dos membros da comunidade sobre a expropriação de seu território pelo Estado para instauração da estação. Num primeiro momento, analisa-se documentos relativos à estação e narrativas de membros da comunidade para refletir sobre percepções e práticas que conceberam o projeto de silvicultura na estação, projeto de paisagem marcado por uma racionalidade moderna, objetivando a homogeneização e purificação da paisagem, apagando marcas e inscrições que atestavam a ocupação e trânsito dos habitantes locais, e desmatando a mata de restinga. Num segundo momento, através de uma etnografia da paisagem do PAERVE, procura-se entender os desdobramentos deste projeto, que inesperadamente levaram a um complexo processo de produção de diversidade, com novos elementos produzidos através de fricções com este projeto moderno, proporcionando a formação de híbridos na paisagem previstos pelos agentes estatais, tais como a organização dos Vidal Martins enquanto comunidade quilombola e a proliferação desenfreada do pinheiral.

Palavras-chave: Áreas de preservação; Conflitos socioambientais; Modernidade; Paisagem; Comunidades quilombolas

ABSTRACT

This work approaches the connection between social relations and landscape transformation from a perspective that includes the action of humans and non humans, going beyond the opposition “Nature/Culture”. The analytical focus lies over the area where it has been created the Forestry Station of Rio Vermelho, currently State Park of Rio Vermelho (PAERVE), for the purpose of forestry with exotic species, mainly pine trees, in an enterprise which united private sector and State. The idea of this research came from the fieldwork of the author as assistant-researcher in the elaboration of an anthropological report on Vidal Martins quilombola community, listening to the narratives of community members about the expropriation from their territory by the State in order to implement the station. Firstly, documents related to the station and community members narratives are analyzed to consider perceptions and practices which conceived the forestry project on the station, a landscape project marked by modern rationality, aiming to the homogenization and purification of landscape, erasing marks and inscriptions which affirmed the occupation and transit of local dwellers, and deforesting the restinga forest. Secondly, through an ethnography of PAERVE’s landscape, we seek to understand the unfoldings of this project, which unexpectedly led to a complex process of diversity production, with new elements produced through frictions with this modern project, affording the formation of hybrids in the landscape that were unpredicted by the State agents, such as the organization of Vidal Martins people as a quilombola community and the uncontrolled proliferation of the pinery.

Keywords: Preservation areas, Socioenvironmental conflicts, Modernity, Landscape, Quilombola communities

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I: A Estação Florestal do Rio Vermelho.....	15
1.1 “Um apelo ao bom senso”: justificando o projeto de paisagem da Estação.....	17
1.2 Máquinas, ferramentas, paisanos, sentenciados: ações de “reflorestamento” do Estado.....	25
CAPÍTULO II: O Parque Estadual do Rio Vermelho hoje: etnografando a paisagem.....	35
2.1 Relato de um passeio no Parque.....	35
2.2 De Estação Florestal a Parque Estadual do Rio Vermelho: usos, interesses e conflitos.....	39
2.3 Problemas da Modernidade (ou Quando o mundo da vida foge ao controle de projetos “demasiado humanos”).....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64

INTRODUÇÃO

A área em que localiza-se atualmente o Parque Estadual do Rio Vermelho (PAERVE), criado pelo Decreto nº 308 de 24 de maio de 2007, é uma área de preservação integral de usos mistos pertencente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação desde 2007, quando passou a ser administrada pela Fundação do Meio Ambiente do estado de Santa Catarina (FATMA). O PAERVE compreende uma área de 1532 hectares, e fica localizado na costa leste da ilha de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. Seus limites são, ao norte, o distrito São João do Rio Vermelho, ao oeste a Lagoa da Conceição, ao leste a Praia do Moçambique e ao sul o distrito da Barra da Lagoa¹.

Como será abordado de forma mais completa ao longo deste trabalho, o atual parque estadual encontra-se na área em que antes foi implementada a Estação Florestal do Rio Vermelho (em 1962) para a prática de silvicultura com espécies exóticas, principalmente espécies de pínus (*Pinus elleatta* e *Pinus taeda*), com uma finalidade que à época de sua criação misturava o objetivo de preservação ambiental e recuperação florestal com interesses econômicos de desenvolvimento através da indústria madeireira, além de um interesse de pesquisa na área de silvicultura científica.

O que caracteriza a singularidade deste parque é que, com o fracasso do projeto de silvicultura da estação, por vários motivos, as gestões subsequentes à Estação Florestal (que teve seu fim em 1974, tornando-se Parque Florestal do Rio Vermelho) tiveram de lidar com a proliferação desenfreada do pínus que, uma vez deixado por si, alastrou-se de forma intensa para fora dos limites propostos, causando problemas ambientais. Segundo os atuais paradigmas preservacionistas, as espécies de pínus são conhecidas como espécies exóticas invasoras, que causam desequilíbrio ecológico nos ecossistemas em que se inserem. Resumidamente, a paisagem da região adjacente ao PAERVE - inclusive as margens da Rodovia João Gualberto, e grande parte da faixa litorânea conhecida como Praia do Moçambique - tem características bastante destoantes em relação à paisagem de mata atlântica da ilha de Santa Catarina,

¹ Algumas informações sobre a criação da Reserva e posteriormente do Parque estão disponíveis no site da FATMA (FATMA, Parque Estadual do Rio Vermelho. Alguns dados sobre as especificidades da região segundo as perspectivas das ciências naturais estão disponíveis nesta mesma página. Disponível em: <http://www.fatma.sc.gov.br/conteudo/parque-estadual-do-rio-vermelho>> Acesso em 26 jun. 2015.

assemelhando-se aos bosques e às florestas de coníferas de certas regiões do hemisfério norte, causando curiosidade e estranhamento a muitas das pessoas que se deparam com este cenário. Além disso, o parque atualmente é objeto de muitas discussões e disputas, pois está imerso em contradições, em razão tanto dos problemas ambientais causados pelos pinus e a necessidade de manejo, quanto dos usos mistos a que está disposto, comportando no mesmo local uma sede da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina, um Centro de Recuperação e Tratamento de Animais Silvestres apreendidos (CRETAS), uma Estação de Tratamento de Esgoto da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (ETE-CASAN) e o Camping do Parque Estadual do Rio Vermelho, que é também administrado pela FATMA em parceria com outras instituições, entre outros projetos e instituições.

Eu lembro que, ainda antes de me mudar para Florianópolis, quando visitava a ilha de Santa Catarina apenas para encontrar amigos e surfar, a presença daquele vasto pinheiral já me causava certa curiosidade. Nas ocasiões em que acessei a Praia do Moçambique, ou simplesmente cruzei a Rodovia João Gualberto Soares em direção ao norte da ilha, ficava observando aquele bosque sem fim de pinus. Era impossível deixar de notar a particularidade daquela paisagem, diferente do resto dos lugares que conheci na ilha.

Após minha mudança, em 2012, quando passei a residir na cidade para cursar minha graduação em Antropologia, essa sensação continuou, sempre que eu passava por ali, mas nunca fui atrás da história da região, para entender o porquê daqueles pinus estarem ali. Mais estranho ainda foi descobrir que se tratava de um parque estadual, uma área destinada à preservação da natureza. Fiquei sabendo que se tratava de uma área em recuperação ambiental, e há tempos buscavam viabilizar um plano de manejo dos pinus, espécies exóticas invasoras, no linguajar técnico, para conter sua proliferação e restaurar o ecossistema da região. Não fui mais a fundo nisso.

Alguns anos se passaram e, no segundo semestre de 2014, visitei a comunidade remanescente de quilombo Vidal Martins, como atividade de campo realizada para a disciplina Quilombos, Diásporas, Poéticas e Políticas, ministrada pela professora Ilka Boaventura Leite. Fomos recebidos em um terreno, que comporta várias habitações, alguns quilômetros ao norte da entrada do Parque Estadual do Rio Vermelho (PAERVE). A Vidal Martins recebeu sua Certidão de Auto-Reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares em outubro de 2013, e é a primeira

comunidade quilombola a se auto-identificar como ‘remanescente de quilombo’ em Florianópolis. A partir desta visita, passei a trabalhar junto à comunidade, assim como outros pesquisadores, como parte de uma pesquisa preliminar, um “pré-trabalho de campo”, visando a futura elaboração de um laudo antropológico para titulação fundiária, a ser realizado por uma parceria INCRA/UFSC, num acordo de cooperação técnica interinstitucional – era vontade da comunidade que o laudo não fosse realizado via processos de licitação, mas sim pela Universidade Federal. Assim, a requisição oficial do laudo técnico, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), não foi feita por pregão ou licitação, e não visava a contratação de empresas privadas para realização do trabalho, como é de costume.

Assim, começamos a levantar alguns dados preliminares sobre a situação socioeconômica da comunidade, e a realizar algumas entrevistas informais. Já em nosso primeiro encontro, os membros da comunidade contaram um pouco de sua história, revelando sua íntima relação com a região sul do distrito São João do Rio Vermelho em Florianópolis, onde até hoje vivem, e histórica expropriação territorial que sofreram por ação do governo estadual quando da criação da Estação Florestal do Rio Vermelho, em 1962.

A comunidade é composta atualmente de dois núcleos principais de habitação, nos distritos de São João do Rio Vermelho e Costa da Lagoa, em Florianópolis. Ambas as localidades são bastante próximas ao território que perderam. São em torno de 26 famílias residindo em duas propriedades coletivas. De acordo com os relatos dos membros mais velhos da comunidade, com a criação da Estação Florestal do Rio Vermelho, eles foram sofrendo um processo de contínua perda territorial, resultando na completa expropriação da área onde viviam. Cada família teve de encontrar estratégias para lidar com esta nova realidade que se impunha. Frente aos interesses econômicos de sujeitos ligados ao Estado, que exerciam sua vontade de controle da área por meio de ações (documentos, práticas de intervenção ambiental, etc.), e não tendo seus direitos respeitados, os antepassados da Vidal Martins encontraram estratégias diversas para lidarem com a situação. Se houve alguma dispersão inevitável de alguns membros do grupo àquela época, houve também esforço para permanecerem ligados à sua terra, às suas práticas, e manter também a proximidade das relações sociais com seus parentes próximos.

Finalmente, no dia 31 de março de 2015 foi oficializado um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o INCRA e a UFSC, para que a universidade realizasse a perícia técnica, que teria vigência de um ano. Participei assistindo no processo de levantamento de dados como

pesquisador-assistente na equipe de Antropologia, coordenada pela dra. Ilka Boaventura Leite, antropóloga do Departamento de Antropologia da UFSC, e coordenadora geral do Núcleo de Estudos em Identidades e Relações Interétnicas (NUER), ao qual estava vinculado. Por se tratar de trabalho interdisciplinar, havia pesquisadores e estudantes de outras áreas envolvidos no processo, tais como Geografia, História e Direito. O coordenador-geral do laudo é o pesquisador dr. Nazareno Campos, do Departamento de Geografia da UFSC.

Ao longo deste período, a interlocução com os membros da comunidade foi se intensificando, e participei de diversas atividades junto a eles, tais como a coleta e cadastramento de dados socioeconômicos, entrevistas informais e uma oficina de mapeamento territorial, coordenada pela pesquisadora da UFSC, dra. María Eugenia Domínguez.

Segundo contaram durante o processo de elaboração do laudo os membros mais velhos da Vidal Martins, a região do Rio Vermelho onde hoje se encontra o Parque Estadual era radicalmente diferente até meados da década de 60 do século XX. A atual avenida João Gualberto Soares, estrada principal que praticamente atravessa todo o distrito de São João do Rio Vermelho de norte a sul, era um estreito caminho de boi, entremeado de diversas ‘picadas’², caminhos, trilhas que os conectavam a muitos outros caminhos e lugares, constituindo uma grande ‘teia emaranhada’ de lugares no mato por onde só quem se orientava era quem habitava a região e, através de sua experiência sensorial e aprendizado, a conhecia.

Todas estas histórias que me contavam sobre o processo de perda do território e das transformações abruptas operadas por parte dos agentes estatais, com uso de maquinaria pesada e mão de obra numerosa, chamou minha atenção para a ligação entre o (não pouco violento) exercício de poder estatal e a transformação da paisagem na região. O encontro com tais narrativas me envolveu num misto de espanto e indignação, pois passava a incorporar um sentido completamente novo para aquele imenso pinheiral que sempre via ao transitar por aqueles lados da cidade. A partir de então, durante minha relação de pesquisa com os membros da Vidal Martins viria a perceber cada vez mais o sentido desta ligação particular entre o exercício do poder político por parte do Estado e as transformações da paisagem na região. Entender como e por quê a paisagem que costumava me causar curiosidade tem a forma que tem foi o que despertou meu interesse em investigar a intervenção estatal.

² Picada é o nome popular para caminhos que são abertos na mata ou nas dunas pelos habitantes locais de certa região, para acessar e transitar ao longo de certos lugares.

Minha participação como pesquisador-assistente no levantamento de dados para subsidiar a elaboração do laudo encerrou-se em maio de 2016, com o fim do convênio UFSC-INCRA, quando um relatório preliminar da peça técnica foi concluída e desde então, seu processo de elaboração segue em andamento, com acréscimos e correções da peça, através da interlocução entre as partes envolvidas (comunidade Vidal Martins, INCRA e UFSC). É importante, também, ressaltar que o enfoque, a abordagem, os argumentos e os conceitos utilizados para esta monografia diferem daqueles utilizados para o laudo, peça técnica com finalidade jurídica. Os argumentos do laudo foram orientados pelos coordenadores das equipes de trabalho, profissionais capacitados e com vasta experiência em suas áreas de atuação, e detentores do conhecimento necessário para realizar o complexo trabalho de subsidiar uma perícia técnica para a fundamentação jurídica de direitos territoriais garantidos constitucionalmente, a partir de suas áreas de conhecimento. Meu papel na equipe era auxiliar no levantamento de dados, e participar das etapas de elaboração do laudo orientado pelos pesquisadores coordenadores, a título de experiência e aprendizado neste projeto de pesquisa e extensão. Minha pesquisa, de cunho acadêmico, tem seus próprios objetivos, e a maneira como utilizo, nesta monografia, os dados por mim recolhidos durante meu trabalho de campo é de minha inteira responsabilidade.

Uma diferença mais marcante em relação à abordagem do laudo reside no foco de minha pesquisa, que busca limitar-se de forma mais enfática sobre a história da antiga Estação Florestal do Rio Vermelho. Minha opção de não focar demasiadamente a comunidade remanescente de quilombo Vidal Martins consiste na preocupação de que membros que, à época da escolha do tema e do objeto de pesquisa, relatavam um certo desgaste causado pelo assédio por parte da mídia, de organizações não governamentais, instituições do governo e acadêmicos que, não necessariamente com uma má intenção, os estavam procurando para realizar projetos e atividades junto a eles, pois eram a primeira comunidade quilombola a ser oficialmente reconhecida na capital do estado de Santa Catarina. Esta grande procura por parte destes setores, somada ao processo de elaboração do laudo antropológico - por si só desgastante -, me fez optar por não contribuir mais com este desgaste, e focalizar minha atenção sobre o atual parque, utilizando os dados de campo relativos à comunidade para contrapor os dados até então “oficiais” que compunham a narrativa sobre a criação e os desdobramentos históricos desta área de preservação, buscando trazer mais visibilidade para sua versão do que ocorreu durante este processo histórico, versão esta que até recentemente não tinha visibilidade.

Por estes motivos, neste trabalho não exploro questões mais diretamente ligadas às *comunidades remanescentes de quilombos*, tais como desdobramentos desta noção enquanto categoria jurídica, questões éticas e epistemológicas envolvidas em situações de perícia antropológica, e a importância política, histórica e cultural dos projetos políticos cujas trajetórias podem ser identificadas sob esta categoria jurídica. No entanto, muitas pesquisas já foram produzidas a este respeito.³

A crítica à dicotomia Natureza/Cultura é o pano de fundo desta monografia, por mais que não seja explícita e longamente explorada, primeiro porque muito já se disse sobre isso, e segundo porque não há tempo para aprofundar esta discussão neste trabalho.

No Capítulo 1, descrevo o processo de criação e instauração da Estação Florestal do Rio Vermelho a partir de documentos produzidos pelos gestores da estação e de relatos feitos por membros da comunidade Vidal Martins, explorando os pressupostos e ações - as práticas de sentido, como proposto por Silveira (2009: 84) - que conceberam o projeto de paisagem da estação. Utilizo a ideia de paisagem, tal como proposta por Ingold em várias de suas obras, para abordar de uma perspectiva não dicotômica a ligação entre as relações humanas, ditas sociais, e as relações ecológicas mais amplas, envolvendo a ação de não humanos. Através da noção de paisagem, o autor visa a superação ontológica da dicotomia moderna entre natureza e cultura, buscando perceber a interpenetração entre relações ditas sociais e ecológicas. A paisagem, assim, não é uma constante física, mas algo em transformação, imersa no fluxo do tempo. As formas que essa transformação pode assumir são dadas também, por assim dizer, “em relação aos seus habitantes, às suas vidas, movimentos e propósitos (...)”. A paisagem, assim, “extraí seu sentido dessas relações” (INGOLD, 2010: 198). É essa constituição mútua entre as pessoas e a paisagem que habitam que o conceito busca abarcar.

No Capítulo 2, faço um exercício de etnografia da paisagem, descrevendo a paisagem atual da área do PAERVE e suas adjacências tanto a partir de minha percepção, através do ato de caminhar pela região e registrar as impressões que foram surgindo, quanto de dados obtidos com

³ Limito-me a indicar algumas referências bibliográficas. Para uma bibliografia sobre território e territorialidade quilombola: (LEITE, 1991); (NUER, 2005); (ALMEIDA et al., 2010). Para bibliografia sobre o quilombo enquanto noção que historicamente abarca um projeto político de resistência luta protagonizado por direitos dos descendentes de africanos submetidos à diáspora escravista: (LEITE, 2008).

Para uma literatura que aborda a questão dos laudos periciais antropológicos: (LEITE et al., 2005a.) Além disso, há uma infinidade de monografias que trabalham junto às comunidades remanescentes de quilombo, discutindo noções como memória, território, territorialidade, etnicidade, direitos étnicos, etc. Para ater-me a alguns exemplos: (ACEVEDO; CASTRO, 1993); (ARRUTI, 2006); (MOMBELLI, 2009); (BUTI, 2015).

a monografia de Bravo (2015) e com o relatório parcial produzido pela equipe de elaboração do laudo antropológico da comunidade Vidal Martins. Procuo refletir sobre os motivos do fracasso do projeto de paisagem levado a cabo com a criação da Estação Florestal, em que se buscou, através de práticas de sentido modernas - tais como a racionalização, a simplificação e a homogeneização - criar um modelo bastante específico de “floresta”. Relato por exemplo o que aconteceu com os pínus que foram geometricamente dispostos segundo uma disciplina moderna para demonstrar de que formas o mundo tende, não à homogeneização, mas à produção de diversidade. Exploro a partir da ideia de “fricção” (TSING, 2005) esta tendência dos modos de vida de resistir à assimilação pela modernidade capitalista e “proliferar” (TSING, 2005: 27) em sua diversidade, mesmo a partir de ambientes marcados por uma homogeneização intencional segundo uma lógica moderna- tanto entre não humanos, como é o caso dos pínus, como entre os coletivos humanos, como, por exemplo a comunidade Vidal Martins, cujos membros resistiram, mesmo que às margens de seu território, à investida estatal, e conseguiram manter-se lutando pelos seu direito à diversidade, e principalmente, pelo seu território, através do investimento na memória, mantendo viva em suas histórias a paisagem que ajudou-os a constituir-se enquanto comunidade remanescente de quilombo.

Concluo este trabalho com considerações finais a respeito dos pontos que mais me chamaram atenção como resultado desta monografia, numa espécie de relato daquilo que julguei mais importante de destacar ao final da experiência de pesquisa. Não chegam a ser conclusões, mas avaliações dos resultados a que cheguei. De forma sucinta, alguns dos pontos desenvolvidos são os seguintes: o projeto da Estação Florestal do Rio Vermelho fracassou porque os projetos baseados nas práticas de sentido modernas tendem a falhar, na medida em que ignoram justamente a ação histórica dos modos de vida não humanos enquanto sujeitos, tomando-os de forma objetiva/objetificada; se é verdade que relações sociais e transformações da paisagem estão ligadas, o que as conecta é justamente a capacidade dos elementos não humanos da paisagem de “fazer história”, fazendo da paisagem algo muito mais complexo do que um cenário inerte para as relações humanas; o mundo tende à heterogeneidade, à complexificação, à produção de diversidade, resistindo às empresas de homogeneização e simplificação da modernidade; não há paisagem original a ser recuperada na área, mas certamente, se há algo a ser resgatado, são os elementos da paisagem que produzem diversidade, tais como os habitantes locais, como a comunidade Vidal Martins, cuja relação singular com a paisagem é atestada pela

densidade de sua memória do território e do vasto conhecimento sobre os elementos que compõem a paisagem.

Pensar criticamente as implicações da intervenção estatal para os modos de vida dos grupos sociais que historicamente habitam e se relacionam com os diversos componentes que constituem o ambiente nas áreas de preservação e seus entornos nos leva a refletir sobre diferentes formas de habitar – e relacionar-se – no ambiente, transformando-o de maneiras diferentes. Pensar novas possibilidades de preservação ambiental para além dessa “natureza sem gente” – cujo negativo poderia ser uma “gente sem natureza” – mostra-se fundamental e cada vez mais necessário num país cuja Constituição Federal defende uma sociedade pluriétnica e multicultural, além de tomar o ‘meio ambiente equilibrado’ como “bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida”, como afirma o artigo 225⁴ de nossa Constituição.

Este trabalho não é um ataque cego à criação de políticas ambientais, nem à existência do PAERVE. Muitas coisas mudaram, tanto em âmbito local quanto globalmente, desde a década de 1960, época da instauração da Estação Florestal. Os modos de entender o que é preservação ambiental, e as políticas de proteção ambiental, começam a mudar, passando a entender a importância das comunidades ditas tradicionais, com suas práticas e saberes, na perpetuação de boas relações ecológicas para a proteção do ambiente. Em grande parte isso se deu por pressão dos movimentos sociais e das chamadas comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, que lutam por seus direitos territoriais, e também por parte de grupos ambientalistas. Reconhecer a resistência e a luta da comunidade quilombola Vidal Martins pelo território que lhes foi expropriado é reconhecer sua experiência histórica, e assim, sua própria existência enquanto coletivo humano que luta pelo direito a um modo de vida singular conectado com a paisagem em que vivem.

⁴ Consulte o Artigo 225 da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 8 de setembro de 2017.

CAPÍTULO I: A Estação Florestal do Rio Vermelho

Neste capítulo, descrevo alguns aspectos do processo de criação, instauração e fim da Estação Florestal do Rio Vermelho. Escolho focar a década de 60 do século XX, principalmente o período que vai de 1960 a 1964, pois este recorte temporal marca de forma bastante nítida as intensas transformações ambientais e sociais ocorridas na área durante o processo de instauração da estação.

Me proponho pensar a relação entre as concepções subjacentes ao projeto de instauração da Estação e as ações ali empreendidas, abordando tanto os pressupostos e argumentos que deram sentido à sua concepção quanto o próprio processo de transformação da paisagem ali envolvido. Para pensar tais concepções e práticas de forma não dicotômica, entendo-as todas como “práticas de sentido”, conforme o conceito proposto por Silveira (2009: 83) no artigo “Híbridos na paisagem: uma etnografia de espaços de produção e de conservação” para abarcar o aspecto relacional entre as formas de perceber e agir no ambiente. Tais práticas orientam a experiência dos (indivíduos e grupos de) organismos humanos. As formas singulares de experiência da paisagem, por sua vez, atuam na conformação de formas particulares de paisagem. Nas palavras de Silveira (2009: 86), “diferentes paisagens podem construir-se ao se tomar como base diferentes grupos de agentes discorrendo sobre uma mesma referência espacial”.

No caso aqui colocado, é principalmente sobre as formas modernas de habitar e construir o mundo que estamos nos debruçando, mais especificamente no que concerne à oposição dicotômica entre natureza e cultura no pensamento moderno, e ao esforço purificador de separar este mundo em duas esferas estanques: a esfera da Natureza pura, livre da Humanidade; e a esfera da Cultura, lugar (único lugar possível nesta concepção) do “Homem da Modernidade”.

Num primeiro momento, analiso alguns elementos discursivos presentes em documentos oficiais relacionados à criação e instauração da Estação Florestal do Rio Vermelho (como estudos, artigos, correspondências, etc.) à luz do diálogo com estudos que compõem a bibliografia antropológica sobre conflitos socioambientais, preservacionismo moderno, ciências florestais e outras temáticas relativas às áreas e políticas de preservação. Assim, tento evidenciar o contexto - político-econômico, científico, epistemológico - mais amplo ao qual se liga o projeto de criação e o processo de instauração da estação. Quero demonstrar que o caso dessa

área de preservação não está isolado, mas, pelo contrário, liga-se a muitos outros, por uma certa convergência de pressupostos, objetivos, interesses, valores e práticas ligados à forma como os arautos da Modernidade (agentes do Estado, da Ciência, do Desenvolvimento) percebem e agem em relação à sua experiência do mundo vivido, e mais especificamente, sua experiência e percepção da “natureza”.

Na segunda parte deste capítulo, o foco recai sobre as ações executadas sob a autoridade do poder estatal a partir da criação oficial da estação. Tomo como parte de meus dados alguns relatos ligados à área da Estação produzidos pelos membros da comunidade quilombola Vidal Martins. Buscarei evidenciar o contraste entre estas narrativas - que revelam alguns detalhes sórdidos do exercício de poder estatal no processo de instauração, e que foram por muito tempo silenciadas -, e os relatos oficiais, como os diários de serviço, que descrevem minuciosamente, a partir da perspectiva dos agentes da estação, as atividades e trabalhos realizados pelos trabalhadores em tal ou qual data. No final do capítulo apontarei algumas questões a respeito das práticas de sentido que ajudaram a produzir, não a paisagem natural, “purificada”, defendida pelos agentes da Estação em seus procedimentos purificantes, mas a formação de híbridos particulares na paisagem, orientados por certas práticas de sentido.

1.1 - “Um apelo ao bom senso”: justificando o projeto de paisagem da Estação

Início analisando e discutindo certas nuances discursivas do projeto da estação, que apontam para algumas das concepções que fundamentaram a sua criação e deram sentido às ações ali empregadas, para então analisar estes dados à luz de uma bibliografia que pensa os pressupostos políticos e científicos que orientaram (e ainda orientam em muitos casos) os variados modelos do paradigma preservacionista, o qual historicamente fundamenta as bases das políticas ambientais dos Estados modernos. Também dialogo com autores que pensaram mais especificamente os princípios das ciências florestais, disciplinas cujos objetivos em linhas gerais são a criação e gestão de florestas disciplinadas de acordo com uma racionalidade científica, com a ideia de aliar políticas de “preservação da natureza” e desenvolvimento econômico através do exercício de controle sobre as áreas protegidas.

O projeto da Estação Florestal do Rio Vermelho foi elaborado e teve sua execução coordenada pelo entusiasta da engenharia florestal e advogado de formação Henrique

Berenhauser. Seu objetivo era criar uma área para o exercício da silvicultura científica, com plantio e manejo de espécies exóticas, para experimentação científica e produção de madeira e sementes de qualidade. Berenhauser foi o principal fomentador do projeto da Estação na arena política. Além de executor, foi também seu diretor ao longo de seus doze anos de existência como estação florestal.

No dia 21 de setembro de 1962 era instaurada oficialmente a Estação Florestal do Rio Vermelho. Henrique Berenhauser conseguiu criar na área sua sonhada estação experimental para realizar suas atividades de preservação e pesquisa; lá, realizou experimentos florestais com diversas espécies exóticas com potencial produtivo para o setor madeireiro – tanto para a produção de celulose quanto para a de madeira nobre, para marcenaria e construção civil.

Berenhauser era presidente da Associação Rural Regional de Florianópolis, associação da sociedade civil; obteve o apoio institucional necessário, resguardado pelo governo estadual, pela Secretaria de Agricultura estadual e, articulado com outros setores da sociedade civil e do poder estatal, como a Penitenciária Estadual, que estabeleceu uma colônia penal na área para fornecer mão de obra de baixíssimo custo. Assim, começou a implementar uma série de estudos e ações, planejando e executando o “reflorestamento” da área (a noção de reflorestamento será foco de reflexão na segunda parte do capítulo) com espécies vegetais de diversos lugares do mundo. Através de cultivos implantados e conduzidos “racionalmente”, isto é, sob uma racionalidade moderna, ele visava a “recuperação” da produtividade da área, com o plantio experimental de 25 espécies exóticas na área da Estação, durante doze anos, o que devastou uma grande porção de vegetação nativa, de acordo com as próprias informações presentes no site da Fundação do Meio Ambiente (FATMA)⁵ do estado de Santa Catarina.

O projeto da estação experimental estava de acordo com a demanda nacional e estadual por madeira, e era favorecido pela política florestal da época. A silvicultura era alvo de grandes incentivos federais. De acordo com Bechara (BECHARA, 2003: 13),

⁵ De acordo com as informações presentes no site da Fundação do Meio Ambiente (FATMA) do estado de Santa Catarina, a meta da instituição é hoje retirar as árvores exóticas para comercialização da madeira, com o fim de realizar a restauração do ecossistema local. Informações sobre a extensão da área do Parque e alguns dados sobre as especificidades da região segundo as perspectivas das ciências naturais, assim como dados sobre a criação da Reserva e posteriormente do Parque estão disponíveis nesta mesma página. (FATMA, Parque Estadual do Rio Vermelho. Disponível em: <<http://www.fatma.sc.gov.br/conteudo/parque-estadual-do-rio-vermelho>> Acesso em 26 de junho de 2015.

Na década de 60, em resposta à lei federal dos incentivos fiscais nº 5.106 de 1966, que oferecia desconto no imposto de renda para iniciativas de reflorestamento, espécies do gênero *Pinus* culminaram como a grande atração do setor florestal brasileiro. Em 1962, o governo do Estado de Santa Catarina criou a Estação Florestal do Rio Vermelho (Ilha de Santa Catarina, Florianópolis-SC) com plantios experimentais de 25 espécies de *Pinus* para verificar a viabilidade de produção florestal em “áreas improdutivas” (BERENHAUSER, 1973 apud BECHARA, 2003: 13).

Segundo o site da instituição, a meta de Berenhauser, à época de sua atuação, era realizar a “experimentação das espécies exóticas mais aptas a crescer e proteger a orla marítima do estado, visando principalmente à fixação das dunas, mas também disponibilizar uma área verde para a população”.

Após descrever esse meio ambiente em “processo de degradação constante”, ele cantou, através de diversos documentos, as maravilhas do empreendimento para os ouvidos de sua época. Em documento intitulado, “Um apelo ao bom senso”, Berenhauser argumenta a favor da prática florestal para o “reflorestamento” da área, afirmando que

(...) a silvicultura poderá tornar-se a remissão da população do litoral, empobrecida pelo esgotamento de suas terras, devido a monocultura de mandioca durante dois séculos. Todavia, essas mesmas terras, conforme já tive a oportunidade de comprovar com os meus reflorestamento, são magníficas para a prática florestal, que desenvolverá, às ditas terras, a primitiva fertilidade (...) face às excepcionais condições climáticas de que dispomos, a produção de celulose deveria tornar-se tão bom negócio, a ponto dos capitais estrangeiros se empenharem de poder instalar-se aqui, para *suprir o país e o mundo faminto de celulose e madeira* (BERENHAUSER, Um apelo ao bom senso, s/d, Biblioteca Central da UFSC, setor de Obras Raras, pasta 2, envelope 15, folha 9, grifos meus).

Por meio de um discurso exortativo, ‘apelando ao bom senso’ em sua argumentação, o engenheiro florestal propõe a remissão dessa crise, trazendo potenciais benefícios não só para a população local como para a economia do estado, e recuperando a “primitiva fertilidade” das terras, “magníficas para a prática florestal”. O projeto de concepção da Estação Florestal do Rio Vermelho prevê a submissão do ecossistema, degradado pelo mau uso, a uma racionalidade científica com a justificativa de assim restaurar a “primitiva fertilidade” da terra, “fixar” as dunas, impedindo que a região (presumivelmente) fosse soterrada com areia, e simultaneamente produzir recursos para o setor madeireiro, atraindo investimentos e gerando desenvolvimento econômico.

Um outro estudo de Silveira (SILVEIRA, 2001) abordando os conflitos sociais que emergiram a partir da criação de um Parque Estadual Turístico na região do Alto Vale do

Ribeira, no estado de São Paulo, entre moradores da região e outros atores sociais, como gestores do Parque e atores institucionais “externos” ao contexto regional mais imediato, traz algumas contribuições importantes no tema dos conflitos socioambientais entre unidades de conservação e populações tradicionais. Silveira inicia sua monografia caracterizando alguns aspectos dos modelos de preservacionismo que fundamentaram historicamente a ação estatal para as políticas de proteção ambiental, e os desdobramentos desses preservacionismos nos países subdesenvolvidos, como o Brasil. Para ele, “(...) a idéia de que existe um mundo natural a ser protegido da ação humana” (SILVEIRA, 2001: 3) é decorrente de uma percepção mais ou menos recente dos problemas ambientais advindos da Revolução Industrial, na segunda metade do século XIX. Ao se perceber a capacidade humana de devastar o ambiente, começou-se a pensar formas institucionalizadas de preservá-lo.

Assim, nos EUA do final do século XIX, surgem os primeiros parques nacionais, baseados num modelo de preservação proposto por intelectuais que se posicionavam contra o ritmo desenfreado de destruição das ‘paisagens naturais’. Esse modelo visa resguardar territórios de ‘florestas intocadas’ no interior de nações industrializadas. Apoiando-se em informações de outros autores (BRITO, 2000; DIEGUES, 1996 apud SILVEIRA, 2001: 4), o autor pontua que o primeiro parque nacional norteamericano foi o de Yellowstone, criado em 1872, e “no decorrer do século XX este modelo de conservação foi exportado para outros lugares do mundo, com impulso a partir da década de 50 e com o apogeu nos anos de 70” (BRITO, 2000 apud SILVEIRA, 2001: 4).

Além disso, a importação desse modelo para “países tropicais pobres” implicou na emergência de uma série de “conflitos inesperados”, segundo o autor (SILVEIRA, 2001: 15). Nestes lugares, “muitas das florestas consideradas virgens a olhares externos eram ocupadas, há mais ou menos tempo, por grupos humanos” que tinham em comum uma relação marcada pela exploração dos recursos dos territórios que habitavam através de “técnicas simples”, em sua maioria sem muita inserção na economia de mercado (SILVEIRA, 2001: 15-16). Ainda segundo o autor, a partir daí passam a emergir no cenário das áreas de preservação, marcado por tensões e conflitos, as chamadas populações tradicionais.

As maneiras de os Estados lidarem com esse “ruído humano” inesperado em sua noção de “natureza original”, pura, não estão isentas do uso de dispositivos de controle e exercício do poder estatal sobre o território, de forma mais ou menos violenta sobre os ditos recursos naturais

e os grupos humanos presentes em “sua” área natural, como é o caso dos membros da comunidade quilombola Vidal Martins, cujos relatos revelam eventos que não estão presentes nas narrativas oficiais do Estado referentes à história da área de preservação. Assim, ao disciplinar e controlar uma certa região da “Natureza”, a ação estatal ocupa-se também de exercer controle sobre os grupos sociais, através da interdição dos modos de vida que constituíam em sua relação com os territórios historicamente por eles habitados. Ao impedir o acesso de um grupo como os quilombolas da Vidal Martins ao território em que levavam seu modo de vida, impede-se também a continuidade de uma relação singular com o ambiente. Proibidos de realizar as atividades de pesca, caça, coleta, cultivo de animais e roças, os membros da Vidal Martins se viram pressionados a tornarem-se trabalhadores assalariados, ingressando abruptamente num mercado de trabalho desigual (e marcado fortemente pelo racismo). Além disso, na década de 60, alguns membros da Vidal Martins - maior violência não há - foram empregados pelo próprio Berenhauser para apagar, com suas próprias mãos, as marcas, os registros, as histórias e os lugares que com suas próprias mãos ajudaram a produzir, e a destruir caminhos que seus pés ajudaram a abrir. Pode-se perceber que está em jogo um projeto de dupla homogeneização: do ambiente e dos modos de vida que o habitam.

Em documento datado de 1960, dois anos antes da criação oficial da estação, Berenhauser descreve uma região cujo ecossistema se encontra em crise, num processo degenerativo decorrente do mau uso por parte dos habitantes locais. Eis a forma como Berenhauser pinta a paisagem que percebe, em suas palavras:

(...) o processo de degeneração constante do meio ambiente para cultivos e lavouras acabou afetando o ecossistema original da Praia do Moçambique, prejudicando a região no entorno a vegetação que protegia as dunas dos ventos marítimos foi destruída, causando a movimentação da areia da praia e das dunas para o interior da restinga.” (BERENHAUSER, 1960 apud BRAVO, 2015, p. 62).

Como estratégia para justificar uma intervenção por parte do Estado, não é incomum que se lance mão de uma situação crítica, que deve ser sanada. A situação crítica, aqui, é o fato de que o “mau uso” da terra, resultou na

(...) destruição da vegetação protetora, principalmente da duna frente ao oceano, [e] permitiu do vento impelir a areia, seguramente um milhão de metros cúbicos, da praia para o interior da restinga, formando ali cômoros, um

deles atingindo a altura de sessenta metros. Atrás das dunas criou-se extensa área de alagados, transformando a restinga numa área insalubre e inóspita, com prejuízo da economia de toda região, que ficou sendo a mais pobre da ilha (BERENHAUSER, 1960: 1).

Esta valoração negativa das dinâmicas ambientais da região não está isenta de uma dimensão estratégica. No já mencionado artigo “Híbridos na paisagem: uma etnografia de espaços de produção e de conservação” (2009), Silveira discute, com base em seu trabalho de campo em São Luiz do Paraitinga, como a paisagem pode ser percebida e narrada segundo a produção de um “contexto de crise” (SILVEIRA, 2009: 2), que só será sanada com a instauração de um projeto de modernização pautado pelo Estado.

A narrativa que perpassa este documento relata um ecossistema degradado, ou melhor, ela é a própria produção discursiva de um “ecossistema original” em processo de degradação crescente ao longo do tempo. Trata-se de uma paisagem em crise, tornando-se, aos seus olhos técnicos, “inóspita e insalubre” como consequência desse processo degenerativo. Isto pode ser visto como a fundamentação técnica e política para a intervenção do Estado sobre a área, que viria a ocorrer dois anos mais tarde. Mas o fato de que o vento move grandes quantidades de areia nas faixas litorâneas, mudando a forma da paisagem de maneira mais ou menos constante, é conhecido por pescadores e outros sujeitos que se relacionam com estas regiões.

Como se vê, não são só as dinâmicas ambientais que são vistas de forma negativa. A presença humana é valorada de forma negativa em mais de uma ocasião. Os habitantes que ali realizavam suas práticas serão gradualmente proibidos não só de habitar, mas também de realizar suas atividades de trânsito, extrativismo e agricultura itinerante no local. A maior violência por parte do Estado moderno não é o fato de simplesmente marginalizar e criminalizar a relação singular dos habitantes com o ambiente que constitui seu território histórico, mas é sobretudo o fato de - além desse projeto de marginalização e criminalização de sua relação histórica com uma paisagem particular - apagar, invisibilizar dos registros oficiais, a história que constitui justamente sua legitimidade, negando a existência de um modo de vida singular.

Não houve nenhum tipo de indenização ou compensação pela expropriação aos membros da Vidal Martins e outras pessoas possivelmente atingidas pela ação. Além de caracterizar os cultivos e lavouras como sendo a causa deste “processo de degeneração constante do meio ambiente”, ele caracteriza negativamente os habitantes que praticavam a agricultura e outras atividades ali.

Assim, se vê como no caso da estação experimental de Berenhauer a criação de uma área de preservação estava orientada não só por uma intenção de “salvar o ecossistema local”, mas também por interesses políticos e econômicos sobre um território que não apenas era local de residência e trânsito, fonte de alimento e de renda, mas que também era constitutivo da existência – do cotidiano, das práticas, das memórias, lugares, histórias e saberes – de habitantes da região.

Em “Uma floresta de disputas”, Ioris (2014) toma como foco de análise os conflitos socioambientais entre representantes de órgãos do governo federal e grupos locais da região do Baixo Tapajós, intensificados com a criação da Floresta Nacional do Tapajós (Flona Tapajós), reserva florestal estabelecida na região em 1974. Antes de analisar os impactos decorrentes da criação da Flona Tapajós, e as transformações nos modos de vida locais com o acirramento do controle estatal sobre as “organizações territoriais e socioculturais” (IORIS, 2014: 174) das comunidades locais, a autora retoma um processo histórico que se inicia na Alemanha do século XVIII, explorando algumas continuidades significantes entre este passado e o período estudado por ela, o que interessa, também, à minha pesquisa.

Na procura pelas “fontes iniciais que moldaram o design e os objetivos das Florestas Nacionais” (IORIS, 2014: 100), a autora dialoga com o trabalho de Lowood (1991), que analisa o surgimento do “manejo florestal científico” alemão (LOWOOD, 1991 *apud* IORIS, 2014: 100). O estabelecimento de disciplinas científicas voltadas para a gestão “racional” de recursos florestais de grandes áreas, principalmente para a exploração madeireira, pode indicar “a importância das florestas para o avanço do capital, e a *estreita relação do Estado com a ciência para o controle dos seus recursos e de seus modos de uso e apropriação*” (IORIS, 2014: 100, grifos meus). Percebe-se aí que a ideia de “proteção” das florestas ia mais no sentido de um resguardo dos interesses econômicos e políticos do Estado, e de seus direitos sobre a exploração dos recursos naturais de certos territórios, baseada numa racionalidade científica, do que a preservação da floresta propriamente dita. Inspirada por um “espírito de quantificação” (LOWOOD, 1991: 317 *apud* IORIS, 2014: 103), e uma racionalidade matemática sobre o conjunto dos “recursos”, que visava produzir florestas de forma objetiva e eficiente, essa ciência florestal estabelecia certos princípios e práticas que permitiriam ao Estado maior controle sobre a gestão e exploração da madeira produzida nas áreas protegidas. É neste sentido que a estação experimental de silvicultura científica do Rio Vermelho pode ser pensada como a tentativa de

construir uma floresta racional, geometricamente disposta, homogeneizada e sob forte controle por parte do Estado, sob o argumento de estar recuperando sua fertilidade e sua produtividade originais.

Lowood identificou três “princípios quantitativos que moldaram o campo da ciência florestal na Alemanha: *diversidade mínima, cálculo fiscal e rentabilidade assegurada*” (LOWOOD, 1991 apud IORIS, 2014: 104, grifos meus). Uma coisa que distingue a Estação por mim pesquisada quanto a esses princípios gerais é o fato de que havia uma grande diversidade de espécies sendo cultivadas e pesquisadas. Isto provavelmente se dá em razão do caráter experimental da Estação Florestal. De qualquer forma, a base racional e os parâmetros matemáticos para a construção da paisagem em questão segue coadunando-se com esse embasamento científico para a administração e gestão estatal de consideráveis porções de terra, o que acabava por tornar possível a produção de “uma floresta regulamentada e padronizada, que pudesse ser facilmente abstraída e mais eficientemente controlada” (LOWOOD, 1991 apud IORIS, 2014: 104). O que se produzia sob esta perspectiva científica acabavam sendo “florestas de desenvolvimento” simplificadas e racionalizadas, visando uma grande controlabilidade das dinâmicas ambientais, para uma exploração econômica eficiente. Segundo Ioris, ainda em sua leitura de Lowood, tal perspectiva, em termos históricos, representou “a criação de uma nova conceituação de florestas e de modos de apropriação de recursos” que influenciaria diretamente a criação do Parque Nacional de Yellowstone nos EUA, paradigmática como modelo de conservação ambiental, e viria a influenciar as políticas florestais em todo o mundo (LOWOOD, 1991 apud IORIS, 2014: 104-5). Unia-se assim, magicamente, controle estatal sobre o território (isto é, “preservação da natureza”, em outros termos) e desenvolvimento econômico, através de uma gestão racional de tais “florestas”. Suspeito que seja disso que Berenhauser fala, quando evoca a noção de floresta.

Os trabalhos citados acima trazem importantes contribuições quanto aos pressupostos, concepções e práticas aí implicadas, e sobre questões políticas e sociais relativas às unidades de conservação e áreas de preservação, principalmente no que concerne aos pressupostos políticos e científicos por trás da criação e administração destas áreas, de acordo com interesses específicos, mas sempre calcados numa ideia de “natureza controlada”, mais ou menos interdita à ação humana, sob o jugo disciplinante da ação estatal, baseado em valores científicos.

Em suma, entendo que esta objetificação e quantificação da terra e das relações sociais, através de “mecanismos homogeneizadores e simplificadores”, segundo os princípios discutidos por Ioris (2014: 54), diz respeito à maneira como esta noção de floresta presente nas “modernas ciências florestais” corresponde a certas práticas de sentido modernas, isto é, práticas e valores em relação ao mundo, ligadas à dicotomia entre natureza e cultura, que funda outras oposições, como a de sujeito e objeto.

Ao colocar o ser humano como sujeito por excelência, o sujeito puro, por assim dizer, tudo aquilo que não é humano - espécies animais, vegetais, lugares, entre outros - é relegado ao lugar de objeto puro. Assim, tudo aquilo que está além do Homem moderno é o mundo objetivo - objetificado - sobre o qual ele age soberanamente com sua razão, amparado pelos poderosos métodos e instrumentos da ciência. Assim, esvazia-se o não humano da capacidade de ação, entendendo-os como objetos passíveis da ação humana.

Com esta oposição ontológica de base entre Natureza e Cultura enquanto domínios estanques, a lógica dos Estados modernos em relação aos espaços com pouca ou nenhuma urbanização - os ditos espaços “naturais” - é de que eles devem ser submetidos à razão humana, ser objeto de conhecimento científico, segundo interesses estatais na possibilidade ou não de exploração de “recursos naturais”, na preservação e controle dos espaços naturais, baseados numa gestão racional daquilo que entendiam por floresta. Ioris demonstra que em muitos casos o projeto subjacente às reservas de experimentação científica e produção madeireira é unir administração estatal e conhecimento científico para exercer controle sobre os recursos naturais e disciplinar os espaços sociais, segundo interesses político-econômicos particulares. Buscarei agora entender como foi levado a cabo o estranho plano de “reflorestamento”, na verdade um florestamento - a fabricação de uma “floresta” - nos termos acima discutidos, é claro - de coníferas exóticas sobreposta a uma área em que predominavam os biomas restinga e mata atlântica - sob o ideal de “retorno” a um ecossistema original que na verdade nunca existiu na região, através das modernas técnicas da silvicultura científica. O fio narrativo subjacente ao discurso de Berenhauser está atravessado pelos valores de que ele partia: desenvolvimento, ciência, modernidade, etc. É a partir daí que ele percebe o ambiente e age sobre ele.

1.2 - Máquinas, ferramentas, paisanos, sentenciados: as ações de “reflorestamento” do Estado

Agora discutirei as ações empreendidas na região do Porto do Rio Vermelho pela administração da Estação Florestal, a partir de dados recolhidos de principalmente duas fontes diferentes: documentos de autoria dos agentes estatais à época da estação, por um lado; e, por outro, narrativas orais dos membros da comunidade Vidal Martins. Meu objetivo nesta parte do texto é relatar e problematizar algumas das ações levadas a cabo pela administração estatal através de seus procedimentos de “reflorestamento” e recuperação do “ecossistema original”, com o pretense objetivo de resgatar a “primitiva fertilidade da terra” (ver Capítulo I, p. 19), conforme as expressões que vimos acima nos documentos de autoria de Berenhauser. Mas que “floresta” era essa que se pretendia recuperar na região, e de que maneira visavam atingir seus objetivos? Isso é o que tentaremos entender nos parágrafos que se seguem.

Para obter alguns dos dados históricos e documentos oficiais relativos à antiga estação, acessei o Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina, com o objetivo de pesquisar o acervo relativo a Henrique Berenhauser e à área de preservação que ele idealizou e ajudou a criar. Meus “interlocutores” nesta etapa do trabalho de campo, se assim se pode dizer, eram textos redigidos a máquina de escrever, cadernos escritos à mão por funcionários da estação, papéis amarelados e desgastados pelo tempo, conservados em um aparato estranho feito para preservar documentos antigos, protegendo-os da ação do tempo. Afinal, se tratava de documentos que datavam de mais de cinco décadas atrás.

Dentre o material pesquisado, o caderno intitulado “Diários dos serviços geral” (transcrição literal) contém descrições sobre algumas das principais atividades empreendidas na área da estação ao longo do ano de 1964. É com informações retiradas desses diários que começo minha exposição mais detalhada das ações realizadas a partir da implantação da Estação Florestal. A partir deles, tem-se acesso à quantidade de mão de obra e materiais utilizados, assim como às máquinas que foram empregadas nos serviços.

Identifiquei ao longo dos diários o relato das seguintes atividades: plantio de mudas (“36 600 mudas de *pinus*”; no documento são relatadas principalmente as espécies *pinus elliotti* e *radiata maritimo*); drenagem do solo via abertura de valas; deslocamento de terra para preparação dos canteiros (“carradas de barro” e “cassambas de terra gorda”) e areia para aterro de áreas alagadas e pantanosas; roçamentos às margens da estrada; abertura de ruas para locomoção das máquinas e veículos (“foi aberto 2 ruas em meio do plantio de *pinus elliotti*, e

feito a rua geral em direção do norte para o sul”); construção de cercas nos limites da estação; transposição do curso de um rio; construção de canteiros para acomodar as mudas; feitura de “torrões” no solo para acomodar as mudas. Relata-se também os dias de visita de Berenhauser, suas rondas no *jeep* para supervisionar os trabalhos. Segue abaixo a transcrição de um “resumo dos principais serviços durante este mês de maio de 1964”:

(...) Foi terminada a cerca nos cômodos que gastou-se 2200 mourões e 9800 metros de arame, foi terminada a 1ª drenagem da vala grande medindo 900m de comprimento e 2 de largura, só faltando retoque, foi feito um trecho de cerca pela lagôa que gastou-se 230 mourões e 900 metros de arame” (Diários dos serviços geral, s/d, autor não identificado)

Além disso, o documento registra que um caminhão e um trator trabalhavam quase diariamente, transportando grandes quantidades de areia e terra - em razão das atividades de aterramento, escavação de valas para drenagem, etc.-, mudas, ferramentas e materiais de construção, como mourões e arame para a construção de cercas. Também são relatadas algumas visitas oficiais, como a do Juiz de Paz, no dia 6 de junho de 1964, e a do arcebispo e um frei da cidade, no dia 18 de junho de 1964. Não há uma identificação do autor destes relatórios diários⁶. Em documento de autoria do próprio Berenhauser, o diretor da Estação descreve sucintamente as atividades silvicultoras empreendidas na área:

Para o plantio foram abertos manualmente cerca de 40km de valas de drenagem para rebaixar o lençol freático das áreas alagáveis. Foram plantados 700 hectares com mais de 20 espécies de coníferas e outras, fornecidos pelos serviços florestais da Flórida, Espanha, Bahamas, África do Sul, Portugal, Formosa, Filipinas e Austrália (BERENHAUSER apud BRAVO, 2015: 62-63).

⁶ Tudo indica, porém, que foram redigidos por um funcionário militar, ou policial, pois na contagem do contingente de mão de obra, o relator assinala o número de trabalhadores separando-os em sentenciados e paisanos. Por exemplo, no “resumo dos principais serviços durante este mês de maio de 1964”, contabiliza-se o efetivo de “dezenove paisanos e onze sentenciados”, que trabalharam ao longo de “24 dias de serviço (2 feriados e 5 domingos)”, o que daria uma carga horária de seis dias semanais. Ora, levando-se em conta que os sentenciados e os “paisanos” (no jargão das forças armadas refere-se a civis, não militares) trabalhavam lado a lado, não é surpresa que o trabalho fosse controlado e supervisionado por agentes do exército ou da polícia militar de Santa Catarina. Caso seja este o caso, qual o objetivo de colocar agentes militarizados para realizar o controle da área? É apenas uma coincidência o fato de este diário datar de pouco mais de um mês após o golpe militar de 1964?

Além disso, no começo de seu artigo intitulado “Espaçamento nos plantios de *pinus elliotti* e *taeda*.”, publicado na Revista Floresta, especializada nas ciências florestais e na silvicultura, Berenhauser defende que

Para assegurar lucro satisfatório, os *reflorestamentos* destinados a produzir madeira de alta qualidade devem ser implantados e conduzidos *racionalmente*. Engana-se quem julgar poder chegar ao mesmo resultado deixando os povoamentos entregues à própria sorte (...) (BERENHAUSER, s/d: 21).

Ora, tendo em vista as percepções reveladas nos documentos expostos no começo do capítulo, e as ações levadas a cabo na relação dos agentes estatais com as dinâmicas ambientais da região, podemos nos perguntar: que racionalidade é essa que ele propõe? O que orienta essas práticas de sentido em relação à paisagem?

Ingold, em “Contra o espaço” (2015), argumenta que as percepções e ações da modernidade em relação ao ambiente operam de acordo com uma “concepção modular do ser” característica da vida moderna, cujo corolário é uma noção de espaço abstrata e distanciada da vida (INGOLD, 2015: 215). Essa idéia de um espaço composto por módulos espaciais estanques, para ele, atua segundo uma “lógica da inversão”. Ao inverter um mundo de lugares e caminhos em 'pontos no espaço', essa lógica produz “Um mundo que seja ocupado, mas não habitado, (...) um mundo de espaço.” (INGOLD, 2015: 215). Assim, acredito que uma 'área de preservação ambiental' é pensada de acordo com tal concepção modular, que opera uma cisão bastante clara entre o ‘espaço de natureza’ e o ‘espaço de cultura’. E assim a Modernidade cria o ‘espaço natural’, reduto verde homogeneizado, idealmente vazio de gente, a ser preservado da ação humana, 'cultural'. Essa forma de conceber uma ‘área de preservação’, como ‘espaço de natureza’, está por trás do modelo preservacionista de conceber o ambiente e da maneira como se tem operacionalizado as políticas ambientais. Segundo esta lógica e esta prática, é preciso haver “módulos de natureza” para compensar a degradação advinda dos “módulos urbanos” - e ambos os módulos não podem se misturar.

Tendo em vista a discussão iniciada no começo deste capítulo a respeito da tão falada dicotomia moderna entre “Natureza e Cultura” como duas entidades reciprocamente excludentes, e do preservacionismo estatal como uma forma de corporificação dessa noção, que assume uma dimensão política na sua intenção de “purificar” os espaços “naturais” da ação e habitação humana, falarei agora um pouco sobre o contexto de produção das narrativas orais dos membros da comunidade Vidal Martins, que são apresentadas aqui. Acredito que o

conhecimento territorial relatado por eles traz um interessante contraponto a esta perspectiva moderna, ao trazer o ponto de vista de um coletivo que levava um modo de vida singular no ambiente que foi ocupado pelo Estado, divergindo, em suas práticas de sentido, das práticas que foram empregadas a partir desta ocupação. As narrativas em questão foram em parte produzidas durante uma oficina de mapeamento territorial com membros da Vidal Martins que presenciei e auxiliei a registrar, coordenada pela pesquisadora María Eugenia Domínguez, e em parte são resultado de encontros, “cafezinhos” e entrevistas informais, que no seu conjunto formam parte dos dados produzidos para o relatório sócio-antropológico do qual participei como pesquisador-estagiário. Assim, os dados que utilizo, são fruto da transcrição de material audiovisual produzido nestes encontros, e também trechos de meus diários de campo.

Um dos objetivos principais do mapeamento, além de listar e identificar os topônimos importantes para a comunidade, e tentar entender a partir de seu ponto de vista as dinâmicas ambientais que ocorreram ao longo do tempo desde a criação da área de preservação, era evocar o conhecimento histórico sobre o território, que os membros da comunidade têm, a partir de sua experiência vivida em sua relação com a paisagem. Algo interessante a respeito da oficina de mapeamento territorial é que, à medida que o desenho vai tomando forma, várias épocas do passado e o presente acabam coabitando a mesma superfície de papel. Essa presentificação do passado, e sua relação com o presente, destaca a transformação que a região sofreu, e evoca histórias sobre os lugares que existiam, e como eles vieram a se transformar até darem lugar à paisagem atual. Ora, tendo em vista que essa comunidade luta por um pleito territorial, isto é, busca recuperar um território de que foram expulsos, ocorre também nesse exercício o engajamento em um projeto político, a abertura de um horizonte de futuro.

Arruti (2005), em sua abordagem da memória enquanto “diálogo aberto”, privilegiando o aspecto relacional e processual desta, entende que o ato de lembrar envolve uma reelaboração do passado a partir das relações que se estabelecem no presente. Assim, devo estar atento para o fato de que as narrativas orais, enquanto comunicantes de memórias da paisagem, não podem ser interpretadas como simples ‘retratos’ do passado. Elas são produzidas situacionalmente. Pelo que pude perceber, a comunidade Vidal Martins, pelo fato de estar atravessando o processo de elaboração de um laudo antropológico, passa por um período intensificado de reflexão sobre sua experiência temporal, especialmente no que tange aos conflitos territoriais das últimas seis décadas. Ainda de acordo com as idéias de Arruti sobre a relação entre memória e território,

acredito que Mombelli sintetiza bem o que quero dizer ao enfatizar a dimensão experiencial desta relação, ao afirmar que “falar do passado é (...) andar pelo território” (ARRUTI, 1997 apud MOMBELLI, 2009: 21). Mas como estas narrativas integram conhecimento?

Segundo Tim Ingold, em seu texto intitulado “Histórias vs. Classificação” (INGOLD, 2015: 230), o conhecimento humano é integrado, antes de tudo, “circulando-se em um ambiente”, através de “uma malha emaranhada de caminhos de idas e vindas, deixados pelas pessoas enquanto caminham de um lugar a outro” (INGOLD, 2015: 235). Tendo em vista esse aspecto radicalmente experiencial do conhecimento, a única forma possível de “passar adiante” algo que conhecemos é narrando, ou melhor, *relatando*. Isto é, ao contar uma história, coloca-se o passado em relação com a “vida no presente vívido dos ouvintes, como se estivessem acontecendo aqui e agora” (INGOLD, 2015: 236).

Contrapondo-se em sua discussão epistemológica àquilo que ele chama de “modelo genealógico”, comum às ciências, de “transmissão do conhecimento”, Ingold postula que o conhecimento humano produz-se e prolifera de forma totalmente diversa da forma como as ciências modernas, como a biologia e a psicologia, e também a antropologia, entendem. Para o autor, estas ciências partem de pressupostos equivocados sobre a forma como apreendemos e percebemos as coisas do mundo, ao supor que o ser humano aprende através de uma organização da informação coletada em uma estrutura mental pré-existente, que separa o conhecimento do mundo externo em diferentes categorias internas, como gavetas em algum lugar “dentro” do corpo ou, mais exatamente, do cérebro humano.

Em sua abordagem fenomenológica, os sujeitos-organismos humanos aprendem e aplicam seu conhecimento em relação ao mundo *porque* nele vivem e se movimentam, orientando-se e redescobrimo suas qualidades sensíveis a cada momento, “através de um envolvimento contínuo, na percepção e na ação, com os constituintes de seu ambiente” (INGOLD, 2010: 234). Segundo esta maneira de entender a produção de conhecimento, coloca-se no mesmo horizonte narrativo o conhecimento produzido pelos agentes do Estado à época da criação da estação e o conhecimento produzido pelos habitantes legítimos da região. Isto é, apesar de sua pretensão de validade científica, pode-se notar que o discurso de Berenhauser é também fruto de uma forma de perceber as relações ali estabelecidas, entre humanos e não humanos, na constituição da forma da paisagem. Dunas, vento, alagados, mandioca, os elementos que ele ali percebeu, foram relatados numa narrativa sobre a paisagem da região.

É relatado por um dos membros da comunidade, o Sr. José⁷, membro da geração mais velha da Vidal Martins, que ele foi empregado pela Estação, quando adolescente, juntamente com seu pai, parentes, vários outros habitantes da região e também com presidiários da colônia penal da penitenciária estadual (os “paisanos” e os “sentenciados”, respectivamente) para efetuar o desmatamento de uma área considerável de vegetação com o objetivo de plantar uma variedade de espécies de pínus, dentre outras espécies exóticas numa área extensa. Em uma ocasião, este senhor, já com mais de sessenta anos de idade, relatou-me o seguinte, numa ocasião em que eu realizava com ele uma entrevista informal, com o objetivo de coletar informações que atestassem o conhecimento que ele tinha da região:

Tá tudo floresta de pinus, tudo tudo tudo. Tu entra, tu não vê mais uma trilha, acho que tu não vê uma marca de onde é que era. Eu ainda sei mais ou menos onde elas passavam, onde que elas dão. Pra mais de 30, 40 anos, eu acho, [que] isso aí já deve tá fechado. Essas coisa de pínus, isso aí acaba com tudo, o único que nós tinha aqui era jararaca e aranha. Ainda tem. O resto é tudo bichinho manso, é graxaim, e gato-do-mato, é passarinho é tatu. É tudo que tem. E madeiramento das árvore nativa aqui. Era carne-de-vaca, mangue, olandim, canela branca, amarela, merda, sassafrás [tipos de canela], caperoroca branca, vermelha, lucrana, mamica de porca, figueira, caúna, que parecia erva mate, marmeleiro, cumbatá, seca-ligeiro, vassourão. (Sr. José)

O Sr. José, como vou chamá-lo aqui, para preservar sua identidade, quando fala sobre a estação, relata com certa indignação as mudanças no ambiente desde o tempo em que era adolescente. Diz que era tudo mato, e havia muitas “picadas”⁸ e caminhos dentro do mato, que iam dar em outros caminho e lugares diversos, ao longo dos quais realizava, junto a parentes e outros habitantes da região, diversas atividades. Há um conjunto de saberes relacionados à orientação espacial do habitante, que é radicalmente diverso do modelo científico que fundamenta a criação e administração e manutenção de uma área de preservação. Este senhor, além de ter auxiliado, como empregado da estação (provavelmente um dos “paisanos” contabilizados nos “diários de serviços”) no desmatamento da área em que vivia, era

⁷ Nome fictício.

⁸ As picadas são caminhos abertos, no mato ou na areia, com ou sem auxílio de ferramentas como o facão. As picadas existem através de seu uso, e quando param de ser utilizadas, “fecham”, isto é, desaparecem em relativamente pouco tempo.

contratado também para realizar uma série de outras intervenções - por pura necessidade financeira -, a partir do momento em que perdia o acesso aos meios dos quais ajudava a tirar grande parte do sustento seu e da família. Ele relata sua participação no aterro, feito por ele e outros trabalhadores, a mando de Berenhauser:

Era dois caminhão. Nós carregava o caminhão com pá. Chegava na estrada, largava o barro (onde era o 'engenho velho'), era só areia. Aí começamo a pegar barro do 'barreiro' e fomo aterrando até na Barra. Isso já foi o Berenhauser, Todo mundo que trabalhava ali pra aterrar era empregado do Berenhauser. (Sr. José)

Além de comentar o absurdo de ter de trabalhar para seu expropriador, relata também como e por que o curso de um rio da região foi transposto: “a cerca que ele fazia nós arrancava, aí ele disse ‘o único jeito é botar o rio aqui que daí serve como cerco’” (Sr. José, membro da comunidade Vidal Martins). Isto acaba sendo um exemplo bastante ilustrativo de como o exercício de poder por parte do Estado e suas práticas de transformação da paisagem estão conectadas e são, em muitos casos, inextricáveis.

As narrativas dos habitantes locais sobre o território historicamente ocupado revelam o arranjo de uma paisagem heterogênea, e moldada pela experiência de humanos e não humanos, que com seus modos de vida produziram um emaranhado de caminhos e lugares no ambiente, pelos quais os habitantes se movimentavam e ao longo dos quais levavam a cabo suas práticas de sentido. Este panorama é muito diferente da homogeneidade da floresta de pínus da estação.

A paisagem, enquanto produto da ‘ciência natural’ deveria então ser transformada na “floresta” sonhada por Berenhauser, purificada deste aspecto experiencial, de acordo com critérios de objetividade, sendo homogeneizada e retificada, transformada ao longo do tempo em uma vegetação racionalizada, sob a lógica matemática de uma disciplina militar, tão emblemática como imagem de um certo preservacionismo racional, com o objetivo de desenvolvimento econômico e controle sobre o ambiente. Esta racionalização moderna da paisagem, marca de uma objetificação e quantificação singulares do ambiente em termos científico-econômicos, pode ser entendida como imagem clássica do paradigma do “desenvolvimento florestal” indicado por Ioris. Tal perspectiva, comum às disciplinas de engenharia florestal e ciência florestal, e comum também aos interesses político-econômicos de certos setores da sociedade, aliava pesquisa científica e ideias de ‘preservação florestal’ com o objetivo de desenvolvimento econômico, é típica da modernidade. Assim, formava-se a

“floresta” de Berenhauser: um grande laboratório a céu aberto, sob um modelo de gestão florestal que observava a lógica de uma racionalidade econômica para a disposição espacial do plantio . Trata-se, mais do que de um “reflorestamento” da região, de um “florestamento” específico. No entanto, como tentarei demonstrar ao longo do próximo capítulo, esta “floresta” não se realizou plenamente.

Através da exploração de alto contingente de mão de obra e maquinaria pesada, com cercamento de extensas áreas, foi sendo criado o ambiente que daria origem à perfeição geométrica da “floresta” pura idealizada, “remissão da população local” e recuperação do “ecossistema original” (ver Capítulo I, p. 21), conforme as palavras de Berenhauser que foram analisadas na primeira parte do capítulo. Vegetação nativa foi desmatada para dar lugar às espécies de pinus. Cursos d’água foram canalizados em linhas retas, valas foram escavadas para ressecar o solo para plantio. Dunas foram “niveladas”, áreas pantanosas foram aterradas, caminhos e lugares deixaram de existir na paisagem. Cercas foram erguidas, os habitantes da região foram retirados e proibidos de realizar atividades ali para dar lugar à Estação.

Para assegurar o sucesso do “reflorestamento”, proibiu-se ali toda forma de uso direto da terra, tais como o extrativismo, a agricultura itinerante, a caça. Enfim, proibiu-se e tentou-se impedir a continuidade e a proliferação de modos de vida singulares, que não levam em conta a separação entre “espaços de natureza” e “espaços de cultura”, de toda uma socialidade que necessariamente está ligada àquele ambiente. Ou seja, a paisagem que até então fazia parte das relações sociais dos Vidal Martins Ihes foi negada pelo Estado, como parte de um procedimento de recuperação de uma pureza natural de uma suposta floresta original. Mas que “origem” é esta? Que floresta é esta que se quer recuperar? E como os procedimentos empreendidos com este objetivo poderiam levar a este retorno quase edênico à suposta pureza?

Segundo Silveira, as práticas de sentido modernas, ao operarem a partir da divisão ontológica de base entre natureza e cultura, levam à concepção de uma política de uso do espaço que prevê a existência de “áreas de domínio da natureza” e “áreas de domínio da cultura” (SILVEIRA, 2009: 91). Para o autor, “a Modernidade conforma um jogo entre as dimensões da purificação e do hibridismo, mostrando a primeira e escondendo a segunda” (SILVEIRA, 2009: 85), o que, creio, “permite a proliferação de espaços e processos híbridos que escapam ao processo de purificação” (SILVEIRA, 2009: 91). Lançando mão de procedimentos de purificação, que tentam abafar a dimensão da formação de híbridos, os

arautos da Modernidade fazem com que surjam novos híbridos na paisagem. Estes híbridos que surgem a partir de procedimentos de purificação são bastante específicos, pois surgem justamente “*por causa* desses procedimentos, fazem parte de paisagens construídas por processos de purificação” (SILVEIRA, 2009: 93, grifos do autor). Eles emergem nesta paisagem, como fruto dos ruídos “não-modernos” que o mundo vivo apresenta como resistência ao projeto de pureza moderno. Essa dimensão do hibridismo existe a despeito da tentativa moderna de disciplinar e purificar os espaços, e revela que “paisagens são construídas de forma coletiva, numa interação entre múltiplos agentes e devires, humanos e não-humanos” (SILVEIRA, 2009: 95).

Assim, estes híbridos incorporam em sua formação “uma dimensão política, contradizendo a eficácia dos projetos modernizantes da paisagem” (SILVEIRA, 2009: 93). Isto me leva a pensar na famosa constatação latouriana de que “jamais fomos modernos” (LATOURE, 1994), evidenciando uma certa “crise da Modernidade” em relação a suas práticas de sentido, a seus objetivos de purificação do espaço, de estabelecimento de fronteiras demasiado regulares e estanques entre o natural e o social. Esta formação de novos híbridos na paisagem a partir de procedimentos de purificação e homogeneização, ruídos “impuros” no projeto modernizante, fricções entre multiplicidades de elementos heterogêneos e diferenciadores, causados pela ação e interesses de agentes e devires humanos e não-humanos, relativos a uma “crise da crença nos processos de purificação” (SILVEIRA, 2009: 93) modernos, será o assunto abordado no segundo capítulo desta monografia.

CAPÍTULO II: O Parque Estadual do Rio Vermelho hoje: etnografando a paisagem

2.1 Relato de um passeio no Parque

Às 12h45min do dia vinte e cinco de junho de 2016 eu saía do Terminal Integrado da Lagoa da Conceição em direção ao Parque Estadual do Rio Vermelho, localizado na Rodovia João Gualberto Soares, no bairro de São João do Rio Vermelho, na cidade de Florianópolis. Era começo da tarde de um domingo ensolarado. Embora fosse inverno, o tempo estava agradável e havia muitas pessoas na rua. De dentro do ônibus da linha TILAG-TICAN, cujo trajeto conecta o Terminal Integrado da Lagoa da Conceição (TILAG) no Leste de Florianópolis, ao Terminal Integrado de Canasvieiras (TICAN) no Norte da ilha, comecei a observar o caminho.

Meu itinerário passou pela Avenida Rendeiras, à margem da Lagoa da Conceição, ainda no Leste, e depois cruzou em direção ao Norte. Noto que íamos simultaneamente próximo à faixa litorânea e à margem da Lagoa, através da Praia Mole e da Barra da Lagoa (é importante notar que o bairro chamado Lagoa da Conceição, localizado na região leste de Florianópolis, não é a Lagoa mesma, que atravessa desde o Leste até o Norte da Ilha).

Desde um pouco antes do acesso ao Projeto TAMAR da Barra da Lagoa, a paisagem às margens da Rodovia João Gualberto Soares é composta por altos e extensos pinheirais. De dentro do ônibus, que se deslocava em alta velocidade, à primeira vista só percebia essa densa floresta de pinus. As árvores mais altas devem ter cerca de 25m de altura.

Desci do TICAN-TILAG às 13h10min aproximadamente, em frente ao camping dos escoteiros, cujas atividades foram encerradas, e era vinculado à área da reserva. O cobrador me avisou o ponto que era para saltar. Eu havia pedido para que ele me informasse quando o ponto mais próximo ao Parque se aproximasse. Ele perguntou: ‘queres ir pro Parque ou pro Camping do Rio Vermelho (que também faz parte do território administrado pela FATMA)?’; ‘pro Parque’, respondi. ‘Ah, tá bom. É um pouco mais longe’. Seguimos. Os elementos da paisagem que mais saltaram aos meus olhos, de dentro do veículo veloz, foram estes: asfalto, pinheiros. Ao longo de trechos relativamente longos, havia pouquíssimas construções às margens da rodovia (já devíamos estar cruzando a área da Reserva). Olhando com atenção, porém, era possível observar alguma vegetação proliferando às margens da estrada e também na periferia do pinheiral, e mesmo dentro dele, mais perto do solo de onde despontam os pinheiros.

Desde o ponto de ônibus até a entrada Parque tive que andar cerca de 400m. Ao sair do ônibus, não estando mais sujeito à velocidade e aos sacolejos do transporte, pude perceber a paisagem mais detidamente. Não sei quase nada de botânica, mas parecia haver várias pteridófitas parecidas com a samambaia e o xaxim, e também arbustos e pequenas árvores. Em meio ao pinheiral crescia com vigor uma vegetação arbustivo-arbórea. Talvez essa vegetação seja própria de um ambiente de restinga, que é, como viria a aprender depois com a bióloga funcionária do Parque que guiou nossa visita, a ‘mata nativa’, própria da região que cobre a atual área do Parque. As diferenças de altura, forma e espessura entre a mata nativa e os pinheiros formam um contraste expressivo.

Chegando na entrada do Parque, uma placa escrito “Parque Estadual do Rio Vermelho” com a sigla das instituições relacionadas diretamente à administração da área de preservação atualmente. Ao cruzar o portão de entrada, passei por um estacionamento pavimentado para usufruto de visitantes, e havia alguns carros estacionados. Atrás dos carros, algumas touceiras de bambu e arbustos e pequenas árvores às margens da Lagoa da Conceição. A primeira construção que cruzei é de alvenaria, uma espécie de guarita pequena que guarda com um portão trancado a cadeado o acesso ao início da trilha de visitação do Parque. Desde o portão de entrada, a “trilha ecológica” é feita sobre uma passarela de madeira com uma mureta, também de madeira, que se estende ao longo de umas boas centenas de metros, e impede os visitantes de pisar o solo protegido. O “posto de guarda” de qualquer forma estava vazio, então eu segui.

A próxima construção com que me deparei tem maiores dimensões e é de madeira (provavelmente pínus ou eucalipto). Ao me aproximar percebi que se tratava da sede de visitação do Parque. Um pouco antes de mim entrara uma família – um homem, uma mulher e uma criança. Quando entrei eles já haviam sido recepcionados por uma funcionária do Parque que lhes informava sobre a trilha. O próximo passeio sairia às 13h30min, e era só registrar o nome no caderno que estava sobre a mesa para juntar-se ao grupo. Me aproximei para também me informar. Ela se apresentou. Tem formação em biologia, e nos acompanhará no trajeto da trilha. Perguntei quantas trilhas havia, e se era necessário acompanhamento em todas. Ela me respondeu que só há uma trilha, e que não é possível fazer o passeio sozinho. A Trilha Ecológica do Rio Vermelho é gerida pela Associação R3 Animal, e faz parte de um projeto de educação ambiental, que procura conscientizar os visitantes principalmente quanto ao contrabando ilegal de animais silvestres. Há animais, muitos em situação de saúde vulnerável, habitando os viveiros

ao longo da trilha. Também não é recomendável, segundo ela, ficar muito perto das instalações cercadas por lona azul mais ao fundo, perto da sede da polícia ambiental, pois ali funciona o Centro de Triagem de Animais Silvestres (CRETAS), onde são acolhidos e tratados animais silvestres apreendidos pela polícia ambiental e outros grupos de monitoramento, e é melhor não fazer barulho nas imediações deste centro, para não perturbar os animais, que muitas vezes estão em uma situação de stress ou com a saúde debilitada. São recebidos no Parque cerca de 2800 espécimes anualmente, quantidade muito maior do que eles conseguem realocar. Dei uma olhada no material exposto no saguão e fui para o lado de fora esperar a hora do passeio.

Perto das 13h30min, já havia mais pessoas no Parque. Famílias e casais de idosos aguardavam próximo ao portão que dá acesso à trilha, aquele do “posto de guarda” descrito anteriormente. Exatamente às 13h30min, a bióloga deixou seu posto na recepção dos visitantes, pegou uma chave e se dirigiu ao início da trilha. Passou a chave no portão, e entramos: ali começava nossa experiência na Natureza. Éramos um grupo de 16 pessoas passeando em meio à vegetação ao longo desse corredor suspenso sobre o solo (para não degradá-lo, segundo me contou a funcionária depois, quando a perguntei sobre o motivo da passarela). Após uma breve introdução aos princípios e objetivos do projeto dessa trilha, concernentes principalmente à educação ambiental (mais ou menos aquilo que ela havia me dito antes), seguimos caminho e chegamos aos primeiros cativeiros de animais; há uma jaula de bugios e uma outra de macacos-prego. Em frente aos cativeiros, a passarela torna-se um observatório: o corredor estreito se alarga para acomodar os visitantes próximo à guia; o cercamento de madeira oferece bancos para as pessoas sentarem; seguíamos caminhando; mamíferos, aves e répteis de várias espécies, animais do Brasil e de outros países, apreendidos, resgatados, nascidos ali. Dependendo dos hábitos e comportamento de cada espécie, os animais são alocados em jaulas mono-específicas ou multiespecíficas.

No fim do trajeto a passarela de madeira chegou ao fim, e saímos andando sobre um solo arenoso e seco. Chegamos em um local que, segundo a bióloga, é bem representativo do que o pínus fez com a mata nativa da região. O chão estava tomado das pinhas e folhas, em forma de acícula, dos pínus. Praticamente só se via mudas de pínus brotando ao longo do chão árido. Ela então começou a contar um pouco da história da criação do Parque. Narrou que o governo da época da Estação queria encontrar madeiras alternativas à da araucária, espécie nativa ameaçada de extinção, para construção civil, com o fim de protegê-la.

Disse que foram pesquisadas plantas com potencial madeireiro de vários lugares ao redor do mundo, e foram escolhidos o pínus, o eucalipto e o cedrinho, por apresentarem as características mais adequadas à região. O problema segundo ela foi que as espécies exóticas acabaram se adaptando bem demais ao novo habitat e começaram a se alastrar, sufocando a vegetação de restinga da região. Explicou que a resina do pínus acidifica o solo a ponto de impedir que outras espécies se desenvolvam, e a longa camada de acículas impede o brotamento de outras espécies, e sua semente se dissemina com facilidade por dispersão eólica.

Ouvindo essas informações e observando a paisagem à sua volta, uma senhora que estava um pouco à minha frente comentou em voz baixa, num tom de indignação: “Isso acaba com toda a natureza! Não cresce mais nada.” Perguntei para a funcionária se ela sabia se tinham vendido alguma madeira já; ela disse que acreditava que não.

Outra coisa que a bióloga havia dito: que, se formos parar para pensar, os pinheiros não afetam só a flora, mas também a fauna local: os pássaros não reconhecem a possibilidade de fazer ninhos nos pinheiros, os macacos não conseguem fazer suas trilhas ao longo deles, pois sua forma longitudinal propicia poucas intersecções entre as copas, impedindo que os macacos façam caminho ao longo das árvores. Observei que, apesar disso, muitas gralhas azuis percorriam o pinheiral à procura de alimento. Enfim, após acabar a Trilha Ecológica - que faz uma volta em formato de parábola no interior da “Natureza”, começando perto da entrada do Parque e desembocando uns 200m depois, nas imediações do edifício-sede da polícia ambiental, às margens da Lagoa da Conceição – a bióloga nos apresentou o morro que havia na outra margem da lagoa: Morro dos Macacos. Segundo ela, era a maior área de mata atlântica preservada de Florianópolis, junto com o Sertão do Peri, que fica no Sul da ilha – “e espero que continue assim!”, disse.

No retorno à sede de visitação do Parque, passamos pelo Centro de Tratamento e Recuperação dos animais silvestres apreendidos – pude verificar que as instalações do centro são bem grandes -, e também por outras construções, estabelecimentos da polícia ambiental e estações de monitoramento da reserva. Cruzamos também por alguns policiais ambientais e funcionários do Parque pelo caminho. Saindo do Parque, pelo mesmo portão por que entrei, mais ou menos às 15h, percebi a presença de muito mais carros estacionados e visitantes andando nas imediações da sede de visitação. Famílias, grupos de amigos e casais à beira da lagoa, tirando

fotografias, conversando. Tive a impressão de que a maioria das pessoas que estavam por ali residem relativamente próximo ao Parque e regiões adjacentes.

2.2 De Estação Florestal a Parque Estadual do Rio Vermelho: usos, interesses e conflitos

Grande parte das informações relativas à historiografia oficial que trago neste capítulo são retiradas do Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Geografia de Claudia Rojas Bravo, que participou também da equipe interdisciplinar para elaboração do relatório antropológico da comunidade Vidal Martins. O trabalho intitula-se “Comunidade Quilombola Vidal Martins, Florianópolis - SC: relações identidade-território a partir de um olhar geográfico” (BRAVO, 2015), e o capítulo IV, intitulado “O Parque Estadual do Rio Vermelho: território histórico quilombola”, traz contribuições valiosas para vislumbrarmos um pouco do que ocorreu na área desde a década de 1960 até os dias atuais, ao menos nas esferas institucional e política oficiais⁹. O trabalho da autora se fez indispensável para que eu pudesse elaborar este segundo capítulo. Relatar pormenorizadamente a história institucional da área tomaria muito tempo, e seria inviável tendo em vista os objetivos e dimensões da presente monografia. Mas acho que é interessante trazer alguns dados que considero mais importantes para a compreensão da diversidade de interesses e projetos objetivados na área, por parte de diferentes grupos e instituições, sejam governamentais, públicos ou privados.

A Estação Florestal do Rio Vermelho teve fim em 1974, ano em que Berenhauser, que havia sido diretor da estação por doze anos, foi destituído de seu cargo. Sua saída acarretou também em outras mudanças. Segundo Bravo, no dia 19 de agosto deste mesmo ano, firmou-se o decreto que transformou a Estação Florestal do Rio Vermelho em Parque Florestal do Rio Vermelho. A autora, dialogando com um relatório de autoria de outro pesquisador, coloca que o decreto adicionou aos objetivos já estabelecidos da estação, a “restauração da flora e fauna locais para fins de estudo, proteção e conservação” (FERREIRA, 2010 apud BRAVO, 2015: 65) e, além disso, “houve a mudança de administração do parque, que passou da Associação Rural Regional à Secretaria de Agricultura” (BRAVO, 2015: 65).

⁹ Para ter acesso a um relato mais detalhado deste processo histórico, sugiro consultar o trabalho da autora (BRAVO, 2015), que consta nas Referências Bibliográficas desta monografia.

Ao longo de sua história, a área da estação foi objeto de muitas disputas e conflitos. Tais disputas se relacionam à diversidade de percepções, projetos e interesses sobre a área em questão. Segundo Bravo, e conforme se verá adiante, “a história do Parque Estadual do Rio Vermelho apresentou, desde sua criação, diversos conflitos (econômicos, políticos, ambientais) pautados pelos múltiplos interesses relacionados à área” (BRAVO, 2015: 61). Além de interesses de particulares, de sujeitos que reivindicaram direito de posse sobre certas áreas no interior do parque, mas não conseguiram comprovar perante a lei - sobretudo por falta de documentação, tendo em vista que “a falta de regularidade e documentos oficiais naquela época era comum, principalmente quando se falava de terra, dificultando, como apontado anteriormente, conhecer como efetivamente aconteceu o processo de desapropriação nesta área” (BRAVO, 2015: 65) -, houve o interesse por parte de empresas privadas ou de economia mista sobre os recursos madeireiros disponíveis na área. No dia 27 de julho de 1983, a Secretaria de Agricultura do Estado estabelece um contrato de gerenciamento de bens e prestação de serviços técnicos com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), “apesar de várias manifestações do movimento ambientalista para que a administração do Parque fosse transferida à FATMA (criada na década de 1970)” (BRAVO, 2015: 65). O contrato atribuía à CIDASC as responsabilidades de “classificar, preservar, e perpetuar todos os espécimes florestais existentes na área do Parque”, e acrescentando, como contrapartida aos serviços prestados, que a empresa “poderia construir receita própria proveniente da comercialização de plantas, mudas, sementes, espécies florestais desbastadas e de serviços técnicos prestados ao estado de Santa Catarina (FERREIRA, 2010: 25 apud BRAVO, 2015: 66).

No ano de 1994, no dia 29 de setembro, o governo estadual transferiu a total responsabilidade da administração do Parque à CIDASC, e neste mesmo ano autorizou, através de alterações no decreto original que instaurou o Parque Florestal, a construção do edifício-sede da Polícia Ambiental na área do Parque (BRAVO, 2015: 66). Toda essa tramitação institucional levada a cabo na área do Parque, a despeito da pressão do movimento ambientalista, acabou criando um ambiente propício para a contestação dos interesses do governo estadual e seus aliados políticos sobre os usos a que seria destinada a área, chamando atenção do interesse público para “esta meandrosa e turbida conjuntura”, e a partir daí “começaram a brotar diversos interesses ligados à desordenada expansão imobiliária que vinha acontecendo na costa leste da ilha” (BRAVO, 2015: 66). Tentou-se desmembrar a área do parque, e houve também tentativas

de apropriação de uma parcela do território via “doação” para empresas privadas, mas estas iniciativas foram barradas, pois eram constitucionalmente ilegais¹⁰.

O pleito pela produção de um plano de manejo apropriado na área do parque, que já existia com relativa força desde a década de 1980, foi ganhando força na década de 1990, à medida que a discussão ambientalista se popularizava globalmente, e também à medida que moradores da região, pesquisadores e ONGs ambientalistas percebiam a proliferação desenfreada das espécies de pinus e outras “espécies invasoras”¹¹ na região do Rio Vermelho. A percepção geral era de que as gestões responsáveis pela administração do Parque “ignoraram completamente o ordenamento das Unidades de Conservação que tinha sido estabelecido desde a aprovação da Política Nacional do Meio Ambiente, no ano de 1981, e realizaram um manejo impróprio e ineficaz.” (BRAVO, 2015: 66-67). Segundo Bravo, núcleos de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina, como o Gipedu, fizeram estudos visando a “recuperação, regularização e adequação” (BRAVO, 2015: 66-67) da área como Unidade de Conservação, somando esforços com o grupo Amigos do Rio Vermelho, e com a Associação de Moradores do Rio Vermelho (AMORV), para que o parque servisse aos propósitos de preservação do meio ambiente, e seus recursos assim como seu território não viesse a servir a interesses privados. Este movimento, que visava garantir e regularizar a proteção efetiva da área do Parque, fomentou a organização de fóruns comunitários e audiências públicas no Ministério Público nos anos posteriores, e conquistou por exemplo a integração da área à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Um tempo depois conseguiu com que a Secretaria de Agricultura do estado iniciasse a regularização efetiva do parque com a criação, em 2003, de uma equipe técnica interinstitucional, que realizaria os estudos para adequação da área à legislação ambiental vigente. No entanto, a CIDASC seguia “promovendo licitações para venda de árvores de espécie pinus extraídas do parque” (FERREIRA, 2010 apud BRAVO, 2015: 67).

¹⁰ BRAVO, 2015: 66

¹¹ A distinção específica entre nativas e invasoras é um tema muito instigante, e está no centro das discussões sobre o plano de manejo do parque, pois a “invasão das exóticas” é percebido como o maior problema ambiental da área. Mas não cabe problematizar a fundo, aqui, tais noções, pois aparecem de fato recorrentemente nas percepções dos atores humanos que aparecem ao longo deste trabalho. Assim, quando elas aparecem, as utilizarei como “categoria nativa” (com o perdão do trocadilho), isto é, como uma noção que é utilizada por todos os atores com quem dialoguei para falar sobre a paisagem da região. Sugiro consultar a monografia de Thiago Cardoso (CARDOSO, 2016: 276-277) para uma discussão interessante sobre o assunto.

A pressão popular teve relativo sucesso, pois em outubro de 2006, foi aprovado o projeto de adequação do parque ao SNUC/SEUC¹² através de um processo participativo que envolvia distintas entidades e instituições, tais como ONGs ambientalistas, grupos de pesquisa da universidade federal, a AMORV, etc. Neste ano ainda o interesse privado tentou mais uma espoliação territorial através de uma “tentativa de transferência de grande parte da área do parque à empresa privada SC Parcerias”, que revogou-se com a “pressão de distintas entidades ambientalistas lideradas pela Federação de Entidades Ecológicas Catarinenses” (FERREIRA, 2010: 28 apud BRAVO, 2015: 67). E em 24 de maio, após a realização de audiência pública e apresentação de ação civil pública, a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) do estado de Santa Catarina assinou o decreto que caracterizava o antigo parque florestal como Parque Estadual do Rio Vermelho, com o objetivo de adequá-lo ao SNUC e criar um conselho consultivo para levar adiante o plano de manejo do pínus, para restaurar a cobertura de mata nativa. Ao assinar o decreto, a área passou a se chamar Parque Estadual do Rio Vermelho (PAERVE), tornando-se uma Unidade de Conservação de Proteção Integral de usos mistos, e a responsabilidade institucional por sua administração passava à FATMA. A história não termina aqui, é claro, e ainda houve muitos conflitos em torno do plano de manejo da área, dos controversos usos do território da Unidade de Conservação, a dissolução do conselho consultivo por parte da FATMA. Atualmente, funciona no interior da área do parque uma Estação de Tratamento de Esgoto da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (ETE-CASAN), que é percebida pelos membros da Vidal Martins (e não só por eles, diga-se de passagem) como altamente poluente, além de sua presença dentro de uma Unidade de Conservação ser no mínimo controversa. Já me relataram que os detritos da estação poluem a Lagoa da Conceição, e afetam a vida dos peixes que nela vivem, o que acaba por afetar também as atividades de pesca na lagoa.

Há também na área do parque o Camping do Rio Vermelho, mencionado no relato acima, que ao menos na época em que eu fazia o trabalho de campo, era gerido em convênio da FATMA com o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO). O camping é voltado ao turismo, e há alto fluxo de clientes na alta temporada, por se localizar na margem da rodovia João Gualberto que dá acesso à praia e ser considerado um belo bosque de pinheiros e eucaliptos. A CEPAGRO que realizava um trabalho de gestão sustentável do camping, fazendo hortas, canteiros, composteiras para os resíduos orgânicos, lixeiras específicas

¹² SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação; e SEUC: Sistema Estadual de Unidades de Conservação

para lixo reciclável de diferentes materiais, e não reciclável, fazendo também um trabalho de educação ambiental dos clientes do camping, entre outras ações. Em 2015, realizavam um trabalho junto à Vidal Martins, auxiliando com material e infraestrutura para que pudessem retomar aos poucos suas atividades de plantio. Plantava-se bananeiras, hortaliças, ervas medicinais, e ainda foi feita uma composteira para os resíduos orgânicos, que seriam transformados em adubo. Muita coisa aconteceu no parque de dois anos para cá, como o fim do convênio FATMA-CEPAGRO, e eu não conseguirei dar conta de tudo aqui, infelizmente. Mas é certo que os conflitos em torno dos usos do parque ainda estão na ordem do dia, e provavelmente têm ocorrido muitos fatos que seria interessante discutir aqui.

Como se verá no desenvolvimento deste capítulo, ao longo de todo este processo político-institucional, de mudança de interesses e preocupações relativos à área de preservação, a presença dos membros da comunidade Vidal Martins foi historicamente invisibilizada, relegada às margens - tanto de um ponto de vista geográfico quanto social. Às margens sociais pois, por muitos anos, tiveram sua voz silenciada, e sua própria existência enquanto grupo sempre foi marcada por uma luta contra o racismo e a opressão, que já sofriam antes da chegada dos agentes estatais, em suas relações com habitantes da elite da região, ou na escola, para citar alguns exemplos. Às margens geográficas foram jogados com a expropriação histórica que sofreram, tendo de buscar estratégias para viver e reproduzir seu modo vida, intimamente ligado à paisagem que conheciam e produziam com suas práticas, e que lhes foi negada pelo Estado. Pode-se dizer que negar-lhes isso é negar sua própria existência, naquilo que ela tem de mais singular. Mas isto será explorado detalhadamente mais adiante. Por ora, falarei um pouco dos desdobramentos da instauração do projeto de silvicultura moderna idealizado à época da Estação Florestal.

2.3 Problemas da Modernidade (ou Quando o mundo da vida foge ao controle de projetos “demasiado humanos”)

Já que a paisagem, como já discutimos no capítulo I, é o acúmulo materializado e constante da inscrição de elementos heterogêneos em relação, o que se pode concluir da paisagem descrita no relato mais acima? No decorrer de toda esta história oficial, que se desenrola principalmente no âmbito das relações político-institucionais, o que ocorria com a

paisagem em disputa? Em meio às disputas e conflitos relacionados aos usos e objetivos da área, proliferavam focos de resistência e oposição, humana e não humana, aos projetos político-econômicos do Estado e dos interesses do setor privado para a área. Por várias razões, que serão discutidas abaixo, essa história institucional não é suficiente para dar conta dos múltiplos atores, humanos e não humanos, que ajudaram a compor a paisagem da região como ela é hoje.

De forma alguma a paisagem que foi tomando forma corresponde ao sonho de uma floresta pura e geometricamente bem delimitada: o pínus proliferou para além de suas fronteiras esperadas, carregado pelo vento, pelo bico de aves como a gralha azul; a areia das dunas não se fixou na região, como era defendido por Berenhauser, mas, pelo contrário, foi se sedimentar em outros lugares pela ação dos ventos, inclusive em áreas urbanas, como o bairro Ingleses¹³; os habitantes humanos, pelo menos em parte, não deixaram de relacionar-se inteiramente com os lugares interditos, mesmo com o controle territorial e a criminalização de suas atividades econômicas. Além disso, a contestação da presença crescente dos pínus por parte do movimento ambientalista, e a percepção da pouca rentabilidade da produção madeireira, por problemas de infraestrutura, transporte, tecnologia, por parte do governo estadual, foi levando ao gradativo abandono do projeto de silvicultura idealizado por Berenhauser. Com todas estas mudanças ao longo do tempo, o projeto moderno de uma floresta de desenvolvimento, pura, homogênea e geometricamente perfeita, não se realizou. Mas isso não impediu os pínus de seguirem proliferando, ignorando as fronteiras preestabelecidas para seu crescimento, espalhando-se por uma região cada vez mais ampla, o que foi sendo percebido como um problema cada vez mais alarmante.

As plantas próprias de um bioma de restinga não cessaram de crescer em meio aos pínus e à beira da estrada. O projeto de perfeita homogeneidade moderna encontrou os obstáculos e perturbações colocados pelo mundo vivo heterogêneo: gente, vento, bichos, mato. As perturbações, como “ervas-daninhas” que crescem ao longo dos canteiros e hortas, roças e jardins, através de seu próprio nome, explicam bastante bem meu ponto: sempre haverá vida proliferando e opondo seus próprios modos de vida aos projetos modernos, apesar dos procedimentos purificadores demasiado humanos empreendidos. Anna Tsing atenta para o fato

¹³ (FERREIRA; DUARTE, s/d)

de que “landscapes are not backdrops for historical action: they are themselves active”¹⁴ (TSING, 2015: 168), ou seja, ao longo deste fluxo temporal, os pinus iam “caminhando”, dispersando-se, reproduzindo-se, fazendo um mundo segundo as suas práticas, paralelamente às relações, alianças e conflitos entre coletivos humanos em torno da paisagem em disputa. Ao afirmar a agência de elementos não humanos no processo transformativo da paisagem, a autora nos lembra de que “fazer história”, isto é, transformar o mundo, não é uma atividade eminentemente humana, e que os elementos constitutivos de um ambiente têm todos a capacidade de “build and transform landscape”¹⁵ (TSING, 2015: 168). Segundo a autora, “‘History’ is both a human storytelling practice and that set of remainders from the past that we turn into stories”¹⁶ (TSING, 2015: 181), ou seja, por mais que uma árvore como o pinus não possa narrar todo esse processo histórico acima relatado, o seu engajamento no mundo está intimamente relacionado com estes outros engajamentos humanos e suas disputas acerca dos usos e objetivos da área do parque. Estes atores, não menos que os humanos, “contribute to the overlapping tracks and traces that we grasp as history”¹⁷ e assim eles são parte constitutiva do fazer político da região. Assim, então, “history (...) is the record of many trajectories of world making, human and not human”¹⁸, e “watching landscapes in formation shows humans joining other living beings in shaping worlds” (TSING, 2015: 181).

Sendo assim, o que a perturbação causada pelo pinus pode contar sobre a “floresta de desenvolvimento” almejada há mais de cinco décadas atrás? A proliferação descontrolada destas “espécies invasoras” revela a falha de um projeto de paisagem moderno: a paisagem natural. No capítulo I discutimos as práticas concebidas sobre o ambiente à época da criação da antiga Estação Florestal, marcadas pela dicotomia entre Natureza e Cultura como entidades que devem ser purificadas uma da outra. Essa oposição foi acompanhada pelos valores e procedimentos de purificação, racionalização, delimitação e simplificação de um estrato de paisagem

¹⁴ “Paisagens não são pano de fundo para a ação histórica: elas são ativas em si mesmas” (TSING, 2015: 168, tradução minha).

¹⁵ “Construir e transformar a paisagem” (TSING, 2015: 168, tradução minha).

¹⁶ “‘História’ é ao mesmo tempo uma prática narrativa humana e um conjunto de resíduos do passado que nós transformamos em histórias” (TSING, 2015: 181, tradução minha).

¹⁷ “Contribuem com a sobreposição de vestígios e traços que nós compreendemos como história” (TSING, 2015: 181, tradução minha).

¹⁸ “História (...) é o registro de muitas trajetórias de fazer-mundo, humanas e não humanas” (TSING, 2015: 181, tradução minha).

arbitrariamente demarcado, através de uma abordagem calcada em conhecimento científico objetivo e objetificante (engenharia florestal, silvicultura), que de alguma forma criou a realidade desta dicotomia: após o sucesso da intervenção estatal, de fato não havia mais gente habitando a Natureza, paradoxalmente purificada e “reflorestada” através de uma ação antrópica intensa, com uso de alto contingente de mão de obra e maquinaria pesada. No entanto, como bem colocou Silveira (2008: 208), tal produção da dicotomia mencionada acabou por abrir “brechas (...) para híbridos, que sinalizam uma crise de modernidade”, revelando a dimensão de hibridismo e heterogeneidade que a Modernidade tenta esconder, mas que o mundo vivo acaba por fazer emergir, através de atores humanos e não humanos e suas práticas de sentido.

E agora nos vemos frente à atual paisagem do PAERVE e imediações, o desdobramento complexo e heterogêneo de um projeto de paisagem que a princípio, e segundo seus princípios, seria homogênea e cujos “recursos naturais”, isto é, os pínus cultivados, seriam facilmente geridos e explorados comercialmente. A aparente homogeneidade e disciplina do plantio “militarizado” de pínus foi desmentida pelas próprias práticas de sentido do pínus sobre a paisagem: alastrou-se para fora das fronteiras estabelecidas, se mostrou resistente ao manejo, proliferou para fora de suas “linhas de contenção”. Quais forças de oposição a vida humana e não humana apresentou ao projeto moderno de paisagem empreendido em 1960?

Não conseguindo dar solução ao problema da proliferação desenfreada das espécies trazidas por Berenhauser, as diversas administrações da área acabaram por ceder espaço para usos muito distintos ao longo do tempo, o que deixou também suas marcas sobre a paisagem. As construções e instalações ali presentes, como p. ex. o edifício-sede da Polícia Militar Ambiental, a ETE da CASAN, o CRETAS, o Camping, demonstram a multiplicidade de interesses e usos que se fazem presentes na área hoje. Mesmo nesse terreno institucional, vê-se uma paisagem em disputa, ou mesmo uma paisagem composta por muitas paisagens, conforme a percepção e o modo de vida de cada elemento que está posto em relação aos demais. Se a área do atual PAERVE atualmente serve a muitos grupos diferentes, com interesses e usos diversos sobre a área, é visível que a paisagem que se vê no interior do parque estadual comporta toda esta diversidade, que não está isenta de uma dimensão de conflito e de disputas dos atores humanos em torno da região. Tratamento de esgoto, centro de recuperação de animais silvestres, trilha ecológica, sede da polícia ambiental, camping turístico, todos acabam por se acomodar de forma mais ou menos conflituosa dentro da mesma área, que ainda por cima é percebida como

ambientalmente degradada, em razão da silvicultura com espécies vegetais exóticas. Não deixa de ser estranho o fato de que a área tenha sido foco de tamanho interesse em alocar espécies exóticas; antigamente espécies vegetais e atualmente animais. Dá a pensar sobre a extensão da “paisagem” que estamos lidando aqui, tendo em vista que estes elementos que hoje compõem o ambiente da região vêm de lugares geograficamente distantes.

Se somarmos a tudo isso as pressões do movimento ambientalista, e levarmos em conta a presença sempre constante da comunidade Vidal Martins na região, a relacionar-se de uma forma ou de outra com o ambiente em que cresceram e levaram suas vidas, e que hoje reivindica outros sentidos para esta paisagem, demonstrando em seus relatos que nunca houve o “ecossistema original” (ver Capítulo I, p. 21) que deveria ser restabelecido, como defendido pelo Estado, mas uma paisagem em constante formação, produzida na relação dos habitantes humanos e não humanos. Também o próprio fluxo das interações que se deu a partir da intervenção do Estado desmente a narrativa preservacionista/desenvolvimentista utilizada pelos agentes estatais na criação da estação, que fazia muito sentido segundo um certo paradigma de uma época determinada (um híbrido de desenvolvimentismo e preservacionismo, por sua vez). Pode-se entender a paisagem do atual PAERVE e suas imediações como surgindo da fricção entre um projeto de desenvolvimento capitalista moderno e as pressões do movimento ambientalista, do movimento quilombola, enfim, dos inúmeros atores - humanos e não humanos - que se contrapõem ao projeto original do Estado. Através destes conflitos, destes imponderáveis, proliferam relações que escapam ao projeto moderno, e se opõem à Modernidade purificadora e homogeneizante como “linhas de fuga” - para usar um termo deleuze-guattariano, sem muita precisão conceitual, mas como forma de criar uma imagem (DELEUZE; GUATTARI, 2014: 25). Tal conceito, de forma simplificada, remete àquilo que escapa a uma dimensão de “identidade”, ao “mesmo”, ao Uno; esta fuga é o ir em direção a uma dimensão de multiplicidade, em que ocorrem os movimentos de diferenciação, de proliferação da diversidade a partir da conexão imprevisível entre elementos postos em relação.

Estes meandros que ocorrem na “esfera política” inscrevem também marcas particulares na paisagem, de acordo com as percepções e interesses dos diferentes grupos ligado à área. Isto, como se discutirá, é mais um elemento produtor de heterogeneidade na paisagem, o que contribui para a proliferação de novos híbridos, e dá a pensar que, se há esta diversidade em relação aos projetos de paisagem, e às práticas e percepções que dão sentido à formação da paisagem, pode-

se dizer que, onde há disputa e conflito em torno destes projetos, práticas e percepções, não há “a paisagem”, mas relações entre elementos heterogêneos que faz proliferar novos híbridos numa paisagem que é constante transformação. É claro que a minha abordagem sobre a “paisagem” não pretende identificar o que é a paisagem em si, muito menos captá-la em sua totalidade. Silveira atenta para o fato de que, enquanto conceito analítico, paisagem deve ser entendida “como uma porção arbitrária de espaço” (SILVEIRA, 2008: 39), e no meu caso, e um “recorte arbitrário do pesquisador, segundo o tipo de análise desejado” (SILVEIRA, 2008: 34). E isso vale não só para o recorte espacial da paisagem, mas para o conceito em seu aspecto mais amplo, isto é, a paisagem sócio-ecológica, os atores humanos e não humanos de que falo e com quem dialogo são escolhidos de acordo com meus encontros efetivos durante a pesquisa e com os objetivos que eu delimito para esta pesquisa. A paisagem em sua totalidade, se existe, é composta de uma miríade de atores, que inscrevem suas marcas ali, desde formigas à chuva, à ação de uma multiplicidade quase infindável de elementos orgânicos e não orgânicos que a constituem. A escolha dos “limites” da paisagem analisada e dos atores sobre os quais se está focando - pinus, habitantes da comunidade Vidal Martins, Estado, instituições - se ligam à minha própria relação com esta paisagem, com a minha percepção de sua história e das relações aí implicadas. Tal escolha em focar a pesquisa quase absolutamente dentro dos limites do parque se dá justamente pelo meu interesse na história do PAERVE conforme me foi contada pelos membros da Vidal Martins. Eu sempre pensava, quando cruzava a Rodovia João Gualberto, ou quando ia surfar na Praia do Moçambique, por que aquele vasto pinheiral estava ali. Em 2014, quando entrei em contato com as narrativas dos mais velhos da comunidade, isto despertou minha atenção para a história política desta “paisagem natural”, o que coincidiu com a época em que eu entrava em contato com a obra de Tim Ingold e sua abordagem ecológica e fenomenológica, em que a noção de paisagem é central.

Uma paisagem não começa ou termina por si só. Cercas, muros, paredes, rios, acidentes naturais, são elementos integralmente constitutivos de uma paisagem, e não marcam de forma absoluta o “fim” de uma paisagem e o “começo” de outra. O recorte é sempre arbitrário em alguma medida. Um pássaro, por exemplo, pode repousar tranquilamente sobre o arame de uma cerca, entendendo aquilo como entende a um galho, um fio telefônico, um poleiro qualquer; marcadores de fronteiras dependem de um certo trabalho semiótico relativamente arbitrário que inscreve *limites e passagens* na relação dos grupos - humanos e não humanos - com o mundo

vivido. O reconhecimento de elementos da paisagem como limite ou passagem depende de muitos fatores, e o significado de algo como limite faz sentido para dado organismo em dada situação. As cercas, para nossa humanidade contemporânea, têm um significado intimamente ligado a uma ideia de interdição, de posse privada de um pedaço de terra, e assim, desconsiderar o limite que uma cerca demarca é um ato político.

Um humano, ou um grupo de humanos, também, pode não reconhecer, ou não legitimar a inscrição de um limite tal como uma cerca aramada. É isto que ocorreu no caso relatado no capítulo, quando os membros da Vidal Martins e outros habitantes locais derrubavam as cercas demarcadoras dos limites da estação, por não reconhecer a legitimidade daqueles limites. Assim, percebe-se que o reconhecimento destas fronteiras é um ato político tão impactante, que o Estado moveu esforços no sentido de estabelecer uma fronteira “natural”: com maquinário pesado transpôs o curso de um pequeno afluente, para assim impedir o livre trânsito em “sua” área.

É neste contexto de heterogeneidade e hibridismo que as coisas do mundo (nós humanos incluso) apresentam contra os procedimentos de separação, purificação e homogeneização da modernidade capitalista que, segundo Tsing, surge a noção de fricção. Querendo entender como “the cultural specificity of capitalist forms arises from the necessity of bringing capitalist universals into action through worldly encounters”¹⁹ (TSING, 2005: 4), Tsing chama atenção para a seguinte questão: como se produz heterogeneidade e diversidade a partir da homogeneização produzida pela modernidade e seus arautos, os “universais do capitalismo” (Estado, ciência, mercado, etc.) que a tudo tentam assimilar e simplificar, para assim facilitar sua exploração? A autora está interessada em como a diferença “contamina” a suposta homogeneidade produzida pelo poder e faz proliferar mais diferença a partir dela, fazendo uma crítica aos valores universais que o capitalismo tenta impor à vida, pondo-os em cheque através da concretude destes encontros através da diferença. A autora define “fricção” (TSING, 2005: 5, tradução minha) como “the awkward, unequal, unstable and creative qualities of interconnection across difference”²⁰. Segundo a autora, “as a metaphorical image, friction reminds us that

¹⁹ “A especificidade cultural das formas capitalistas emerge da necessidade de colocar os universais do capitalismo em ação através de encontros-no-mundo” (TSING, 2005: 4, tradução minha).

²⁰ “As estranhas, assimétricas, instáveis e criativas qualidades da interconexão através da diferença” (TSING, 2005: 5, tradução minha).

heterogenous and unequal encounters can lead to new arrangements of culture and power”²¹ (TSING, 2005: 5), isto é, a diversidade e a diferenciação podem rebrotar de um processo de homogeneização, a partir de arranjos imprevisíveis, de relações imponderáveis entre elementos heterogêneos.

Em outro texto, Tsing (2015) discute a conexão entre o sistema de *plantation* e a expansão do capitalismo colonial, e assim aborda também a relação entre a presença do Estado e a monocultura, levantando uma questão importante para minha reflexão. A autora afirma que “de fato, na maioria dos lugares existe uma correlação negativa entre, de um lado, a diversidade e, de outro, a intensidade de investimento de capital e controle do Estado” e, frente à presença coercitiva do poder estatal “a diversidade, biológica e social, se amontoa defensivamente em margens despercebidas” (TSING, 2015: 14). Isto é, através de certas práticas e dispositivos de poder o Estado se esforça em homogeneizar a multiplicidade de elementos que oferecem resistência a seus projetos políticos, tal como é o caso do seu projeto de “reflorestamento”, que desmatou a vegetação de restinga para plantar uma “floresta” de acordo com os princípios discutidos no capítulo I. Mas a diversidade nunca é de fato homogeneizada por completo pelos procedimentos de purificação levados adiante segundo a lógica da Modernidade. Ela prolifera às margens e nos interstícios do poder constituído e, através de agenciamentos heterogêneos, se desdobra como prova da ineficiência desta lógica, revelando a dimensão de hibridismo sempre presente nos processos socioecológicos que se desenrolam no mundo vivo. Assim, pode-se indagar, se o projeto de floresta capitalista não se realiza, que tipos de paisagem socioecológicas proliferam a partir destas florestas purificadas e racionais? Apesar de advogar o retorno a um “ecossistema original” tão aclamado, o interesse na recuperação da “floresta original” já aponta para o objetivo de formar um novo e paradoxal híbrido na paisagem, uma mistura entre preservação e desenvolvimento, só possível na lógica do capitalismo moderno. Este projeto de floresta, assim, está geopoliticamente conectado a tantos outros, que, como mostra Tsing (2015: 149), estavam fadados a não atingir seus objetivos de homogeneidade e pureza, justamente por não contemplar as fricções entre um projeto idealizado e sua consolidação no mundo vivo. Eles sempre encontrarão a dimensão da heterogeneidade e do “hibridismo como mistura, como

²¹ “Como imagem metafórica, fricção nos recorda que encontros heterogêneos e assimétricos podem levar a novos arranjos de cultura e poder” (TSING, 2005: 5, tradução minha).

corrosão, como conjugação de partes, como emergência de novas propriedades” (SILVEIRA, 2008: 27).

Em outro texto, Tsing (2012) utiliza o termo “diversidade contaminada” para pensar a emergência de modos de vida que surgem destes distúrbios causados pela ação antrópica do Estado moderno. Segundo Cardoso (2016), o termo busca abranger os fenômenos de “colaboração interespecie criativa que emerge nos detritos da destruição ambiental, da conquista imperial, do fazer lucrativo, do racismo e das regras autoritárias (TSING, 2012: 95 apud CARDOSO, 2016: 271).

E é neste contexto de fricção e hibridismo, que a comunidade Vidal Martins se coloca hoje como um importante ator na região: a partir dos novos elementos que emergem da relação entre diversas forças e elementos constitutivos de uma paisagem altamente marcada pela heterogeneidade, a comunidade potencializa sua voz ao “tornar-se” quilombola, para fazer frente à história oficial até então sobre a área, com o resgate do passado através da produção de um conjunto de narrativas próprias, visando retomar os direitos e o território que lhes foram usurpados. Segundo me relatou uma vez a presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo Vidal Martins (ARQVIMA) Camila²², a descoberta dos direitos coletivos de comunidades remanescentes de quilombos aconteceu mais ou menos por acaso, durante uma pesquisa cartorial que ela realizava com a irmã à procura de alguma documentação que fosse útil para que conseguissem provar seus vínculos com a terra de que seus parentes mais velhos foram expropriados. A funcionária do cartório comentou sobre “essa coisa de quilombola”, e as irmãs então decidiram pesquisar mais a fundo sobre o assunto. Ao perceber que se enquadravam na legislação que reconhece os direitos das comunidades de quilombo, conversaram com os parentes e decidiu-se por prosseguir neste processo²³.

Assim, em outubro de 2013, após realizados os passos necessários, a Comunidade Quilombola Vidal Martins recebeu seu certificado de autoidentificação como comunidade

²² Nome fictício.

²³ Na Introdução desta monografia há algumas referências a textos que discutem a legislação pertinente às comunidades remanescentes de quilombo, assim como os marcos legais que, desde a Constituição Federal de 1988, asseguram seus direitos, que devem ser resguardados pelo Estado brasileiro. Estes dispositivos de acesso a direitos básicos, como acesso à terra, à saúde e educação, foram conquistados pela luta do movimento negro nacional, na cidade e no campo, cujo protagonismo foi vital para a garantia de marcos legais constitucionais que promovessem a reparação dos danos causados pelo escravismo, que afetou e ainda afeta enormemente a população afrobrasileira, com a qual a sociedade brasileira, e principalmente o Estado, tem uma dívida histórica que não deve ser ignorada.

remanescente de quilombos da Fundação Palmares. A partir dali, ingressariam em outra etapa de sua história e de sua luta política. Este fenômeno recente, o “tornar-se quilombola”, é um exemplo que nos convida a pensar o agenciamento entre elementos heterogêneos em que os membros da comunidade se engajaram, no sentido de achar uma via para amplificar o alcance de sua voz e se fazer ouvir de fato, para acessar os direitos historicamente negados. É também o exemplo de quando algo “novo” em sua história, a identidade quilombola, ressoa em um modo de vida “antigo” que foi interrompido, o qual também é constitutivo do presente, borrando os limites entre presente e passado (ARRUTI, 2005).

Esta redescoberta de uma historicidade é um processo que acontece com frequência entre os grupos que se reconhecem como comunidades remanescentes de quilombo. Enquanto produção de conhecimento, em que a memória é ação no presente, representa o resgate tanto da singularidade de sua experiência histórica, quanto da ressonância de sua própria experiência com a de muitas outras comunidades negras no estado e no país, sendo um exercício de pensar o passado não só em seu aspecto local, mas também conectando-o à história mais ampla de Santa Catarina e do Brasil²⁴.

Este foco de resistência ao projeto de desenvolvimento estatal havia proliferado à margem da área do atual PAERVE, não visível em sua história oficial, em aparente silêncio, mas desenvolvendo-se com força. Quando digo que proliferava à margem, isto deve ser entendido também em sua literalidade, pois os dois núcleos familiares principais da Vidal Martins foram viver nas imediações da área de que foram expropriados, bastante perto, ainda no bairro do Rio Vermelho, na direção Norte, e outro a Oeste do parque, do outro lado da Lagoa da Conceição, na Costa da Lagoa. Digo que sua resistência proliferava em aparente silêncio, porque de fato, o poder estatal, após ter negado a existência legítima destes habitantes e muitos outros, e tomando o território onde residiam e realizavam suas atividades cotidianas por terras devolutas, seguiu sustentando a posição de que aquela área não era habitada por ninguém, com o objetivo de produzir esta floresta purificada e simplificada, vazia de gente.

A comunidade quilombola Vidal Martins se insere neste contexto como um elemento desta paisagem que o projeto estatal modernizante buscou submeter à homogeneização, em sua lógica assimilacionista. A inexistência destes sujeitos históricos nos relatos oficiais do Estado

²⁴ Além disso, a partir do momento em que se auto reconheceram como quilombolas, passaram a participar de encontros e eventos em que se encontraram com outras comunidades quilombolas do estado e da região Sul do país, ampliando seus canais de diálogo e percebendo convergências notáveis nas histórias de cada grupo.

revela uma prática comum no Estado brasileiro: o racismo institucional. Uma das práticas de sentido adotadas pelo Estado em sua justificativa para a criação da Estação Florestal em 1962 pode ser entendida como produção da invisibilidade, e liga a negação da existência das famílias negras ali tanto à percepção da paisagem dita “natural” quanto à percepção do “ambiente inóspito”, abandonado, que é relatado em documentos oficiais (vide capítulo 1). Segundo Leite, em artigo publicado em uma importante coletânea organizada pela mesma autora em 1996 intitulada “Negros no Sul do Brasil”,

O mecanismo da invisibilidade se processa pela produção de um certo olhar que nega sua existência como forma de resolver a impossibilidade de bani-lo totalmente da sociedade. Ou seja, não é que o negro não seja visto, mas que *ele é visto como não existente*. (...) Como *um dispositivo de negação* do Outro, muitas vezes inconsciente, é produtor e reproduzidor do racismo.

A invisibilidade pode ocorrer no âmbito individual, coletivo, nas ações institucionais, oficiais e nos textos científicos (LEITE, 1996: 41).²⁵

No entanto, a despeito disso, o trabalho político de resistência que é o ato da memória era levado em frente. Por mais que tenha tentado mantê-los à margem da história oficial, o Estado nunca foi capaz de apagar as histórias que ligavam essas pessoas à sua terra. Nas palavras de Leite, “*O território negro aparece, então, como o elemento de visibilidade a ser resgatado*” (LEITE, 1996: 50, grifos da autora).

Ao negar-lhes sua existência particular, desterritorializá-los, excluí-los da história oficial, o Estado tentava submeter também esse grupo, assim como a paisagem em que viviam, a um processo de homogeneização de sua diversidade e assimilação identitária ao projeto moderno,

²⁵ Neste texto a autora também discute o mito da invisibilidade negra no Sul do Brasil, que foi o foco das políticas de imigração do início da virada de século (XIX/XX). Os imigrantes vindos da Europa - principalmente Itália e Alemanha, mas também da Ilha de Açores, como é o caso, por exemplo, da ilha de Florianópolis em Santa Catarina e de Porto Alegre no Rio Grande do Sul - foram trazidos pelo governo nacional para colonizar a região do país, com o objetivo de embranquecer a população, na esteira de um projeto nacional racista, que visava tornar o brasileiro “mais branco”. Essa ideologia racista da branquitude fundamentou muitas práticas de racismo que as populações negras sofreram e ainda sofrem no Sul do país, não apenas a nível institucional, evidentemente. O negro nesta região sofre um racismo histórico, não apenas nega-se a substancialidade numérica de sua existência. Os membros da Vidal Martins me relataram as práticas racistas e segregacionistas sofridas nos espaços de convívio do Rio Vermelho, como na escola, por parte de colegas e professores, na igreja e festividades religiosas por parte de vizinhos, e a interdição de sua presença em espaços “de brancos” como bailes e eventos culturais. Membros mais velhos relataram uma percepção de que quando eram crianças essas práticas eram mais evidentes, e se fazia comentários pejorativos sobre suas características físicas, como o formato dos cabelos, os traços do rosto, a cor da pele, assim como sobre sua higiene, como se fossem “mais sujos”. Em casos mais extremos havia agressão física direta. Mas, como me falaram, raramente “deixavam barato” e aprenderam desde cedo a se defender, e a proteger um ao outro.

negando-lhes o acesso a seu modo de vida, intimamente relacionado à terra visada pelos agentes estatais. Mas, assim como aconteceu com outros elementos desta paisagem mais ampla, o projeto moderno acabou por falhar em seus objetivos homogeneizantes, e as pessoas seguiram resistindo na singularidade de sua história, de seus modos de vida, culminando com a autodeterminação como comunidade quilombola, cinco décadas depois, que reafirma esta singularidade e coloca mais um elemento de diversidade na composição heterogênea em lugar da homogeneidade que o projeto moderno havia idealizado para a área.

Para o caso da comunidade Vidal Martins, que perdeu o acesso a seu modo de vida de forma ampla a partir da intervenção estatal violenta, eu gostaria de evocar algo que Cardoso disse em sua monografia sobre “Paisagens em transe”: “Manter as trilhas abertas é como manter a história viva, e o sentido de pertença, a partir da memória dos seus antepassados e de sua própria vida” (CARDOSO, 2016: 265). Para captar a particularidade dos Vidal Martins, é preciso inverter o início da frase, tornando-a assim: manter a história viva é como manter as trilhas abertas. É claro que não estou menosprezando a importância do pleito territorial das pessoas que lutam há décadas pela retomada de seus direitos. Mas o que quero destacar aqui é que, face a este ataque sobre a paisagem em que levavam seu modo de vida, isto é, o território de sua pertença, eles tiveram de reinventar seus modos de habitar esta paisagem, e assim fizeram mantendo-a viva em sua memória, lembrando que o esquecimento é o fim de toda luta.

Uma figura de destaque na história das famílias do núcleo do Rio Vermelho²⁶ da Vidal Martins é Isidro Boaventura Vidal, pai da geração mais velha, que estão entre os sessenta e oitenta anos de idade, e avô da geração adulta, entre vinte e poucos e quarenta anos. Isidro, segundo os membros que entrevistei da Vidal Martins, teve a importante tarefa de manter viva a dolorosa memória do passado escravo, narrando histórias antigas a seus filhos e netos. Ele dava um grande valor para o conhecimento da história, e costumava se reunir com os mais novos para contar histórias, sentando-se num banquinho com um violão, e as crianças em seu entorno. Estas narrativas percorriam uma grande linha temporal, indo desde o período da escravidão, passando por antepassados longínquos e suas histórias, tais como o próprio Vidal Martins, ancestral epônimo da comunidade, e Maria Rosa, que segundo Isidro tinha descendência indígena

²⁶ Enquanto Isidro permaneceu no Rio Vermelho, Militão Boaventura Vidal foi para a Costa da Lagoa com seus filhos. Cada um encontrou uma maneira de adequar-se à nova realidade, e esta dispersão durou até atualmente, quando, após longo tempo com escasso contato, os núcleos voltam a construir suas relações parentesco, como consequência da autodeterminação enquanto quilombolas e sua luta. Hoje este contato se está fazendo maior, em razão das reuniões da associação, dos eventos a que comparecem juntos, entre outras coisas.

Segundo os relatos a que tive acesso, Isidro se sentia amargurado com a perda das terras que seus antepassados haviam conquistado, mas nutria esperanças de que a justiça seria feita um dia, e o lugar seria devolvido a seus verdadeiros habitantes, por direito. Foi ele quem juntou dinheiro para comprar o terreno em que vivem até hoje, fazendo de tudo para que os parentes permanecessem unidos. Isidro esforçou-se para juntar a soma necessária para continuar vivendo com a família em seu lugar de pertencimento, tendo sido empregado pela estação de Berenhauer, caseiro na casa de praia do governador (que hoje faz parte da estrutura do parque) e participando da pesca sazonal no Rio Grande do Sul, onde passava largos períodos embarcado para conseguir dinheiro para sua família. A percepção dos membros da comunidade que conviveram com Isidro aponta para a ideia de que sua insistência na memória, tanto das coisas boas quanto dos aspectos dolorosos do passado, foi muito importante para que a comunidade mantivesse um olhar crítico sobre seu passado. Também veem como vital para o senso comunitário sua insistência para que permanecessem juntos, mesmo com a família crescendo, e ficando todos apertados no pequeno lote que conseguiram comprar após a expropriação, localizado alguns poucos quilômetros ao norte da entrada do PAERVE. O outro núcleo familiar, da família nuclear de Militão, irmão de Isidro, atravessou a Lagoa da Conceição na direção oeste e foi habitar a Costa da Lagoa, pequena vila de pescadores que atualmente se conecta por via fluvial à região do Rio Vermelho em que fica o PAERVE e em que vive o núcleo dos descendentes de Isidro através do terminal lacustre de transporte pluvial coletivo. Esta dispersão para as margens da área de que foram expropriados, e o esforço para continuarem juntos em suas famílias extensas, próximo à Lagoa da Conceição e à região em que viviam seu modo de vida coletivo, ligado àquela lagoa, ao mar, e o exercício constante da memória nos levam a refletir sobre a importância vital que o território que perderam tem para os Vidal Martins enquanto comunidade. Embora tenham sido expropriados, se mobilizaram no sentido de manter os laços, tanto entre si quanto com a região onde seus ancestrais viveram.

A implantação da Estação Florestal em 1962 teve como corolário o gradativo apagamento dos caminhos e lugares que os habitantes produziram; a abertura de vias para transporte de trabalhadores, matéria-prima e instrumentos de trabalho; a descaracterização da paisagem através de procedimentos de intensa transformação, como o desmatamento de extensas áreas, a abertura de valas, a drenagem de alagados, o nivelamento de dunas, e o aterro de algumas áreas. Se o Estado pode apagar as inscrições materiais dos habitantes de uma determinada região, muito

mais difícil é aniquilar a relação mutuamente constitutiva entre as pessoas e as paisagens que compõem suas vidas, suas histórias e memórias. Ao adquirirem esta visibilidade, a comunidade já logrou que fosse ouvida sua história, que agora é reconhecida como parte, não só da história do Rio Vermelho, mas da cidade de Florianópolis. Claro que isso não é suficiente, mas mantendo vivas as narrativas que os ligavam a seus lugares históricos, eles continuavam a habitar de alguma forma a área de que foram expulsos. Como uma das estratégias de resistência ao racismo e suas múltiplas facetas, como o dispositivo de negação que é a invisibilidade social, os membros da Vidal Martins entenderam que era importante continuar alimentando sua ligação com seu território, para a partir daí pleitear a reconquista de seus direitos.

A memória, aqui, pode ser entendida como um uso do território também, pois enquanto houver memória e continuidade das narrativas ligadas ao território de que foram expropriados, haverá relação com aquela paisagem, a paisagem singular que também constitui sua história enquanto grupo. Mesmo depois de expropriados, as histórias seguem sendo contadas no interior do grupo, reafirmando seus vínculos entre si e com a terra que habitavam. Conta-se sobre um amplo espectro temporal, desde o passado no sistema escravista e seus desdobramentos, como o racismo sofrido nos espaços de convívio mais amplo, como a escola, a igreja, os bailes, até a expropriação territorial, passando por histórias de antepassados, causos, costumes, “encantes”, tudo ligado à paisagem habitada. Deve-se destacar, por fim, que atualmente a comunidade permanece habitando o Rio Vermelho e a Costa da Lagoa, ou seja, a memória não é mera saudade, mas uma prática que faz parte da vida de quem percorre cotidianamente os arredores da área do PAERVE, seja pela Rodovia João Gualberto ou mesmo pela Lagoa da Conceição, e sofre a perda do modo de vida que a chegada da Estação Florestal alterou drasticamente.

Apesar de os pinus e sua proliferação descontrolada serem em geral valorados como negativos pelos membros da comunidade, pelo movimento ambientalista, e inclusive pela administração do PAERVE, deve-se explicitar a diferença entre a reivindicação da Vidal Martins e as propostas de manejo colocadas pelos grupos ambientalistas, e até por representantes do setor privado, para a área. Talvez a distinção principal esteja nos motivos de cada parte interessada: o setor privado tem interesses exclusivamente econômicos na exploração dos “recursos” provenientes do pinus (madeira, resina, etc.); o movimento ambientalista de forma geral tem o objetivo, calcado naquele paradigma preservacionista de que falamos acima, de acabar com a presença desta “espécie exótica invasora” para restaurar a mata nativa e retornar ao ecossistema

original; para a comunidade Vidal Martins não se trata de apagar a historicidade desta paisagem, mas antes de restabelecer a diversidade de seu modo de vida sobre uma paisagem singular que o Estado, através de uma série de ações, como o desmatamento das plantas de restinga, aterramento de dunas, e plantio extensivo de pínus (entre outras espécies), tentou apagar. Não sei exatamente de que maneiras os membros da Vidal Martins se relacionariam com o pínus se retomassem seu território. Mas certamente, se fosse o caso de efetuar seu manejo, seria para que pudessem agir de acordo com suas práticas de sentido, fazendo emergir as marcas de sua relação humana com a paisagem, que foi por tantos anos interdita.

Assim, pode-se entender os pínus como um elemento de sua narrativa, sendo a “prova” inscrita na paisagem do grande erro que o Estado cometeu na região, causando uma imensa perturbação nas relações ecológicas. Os membros da Vidal Martins, atualmente reconhecidos por diversos setores da sociedade civil, inclusive segmentos da mídia²⁷, como representantes de um modo de vida tradicional, reivindicam hoje a posição histórica de verdadeiros interessados na preservação ambiental da área, apesar de terem sido considerados por Berenhauser como um dos elementos causadores da degradação ambiental, como foi discutido no Capítulo I desta monografia. Estranhamente, isso ocorre num contexto de fricção, através de uma associação de sua história com a história dos pínus, evidenciando a perturbação das relações tanto dos elementos humanos quanto não humanos da paisagem, com a intervenção modernizante do Estado, fazendo proliferar novas diversidades a partir de um ambiente em que houve perturbação intensiva segundo lógicas operativas do capitalismo moderno, como procedimentos de purificação, de ação homogeneizadora estatal.

²⁷ Ver, por exemplo, a matéria “Nobres Herdeiras”, do veículo Diário Catarinense. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dc_nobres_herdeiras/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de considerações finais, reúno aqui algumas das questões que, para mim, mais se destacaram ao fim do processo de elaboração desta monografia. Foram muitas as descobertas, questionamentos e aprendizados que colhi pelos caminhos da elaboração deste trabalho, desde a produção do projeto de pesquisa à fase de escrita, passando pela pesquisa bibliográfica, o trabalho de campo, as sessões de orientação e as inúmeras discussões realizadas com professores e colegas nas disciplinas relativas à elaboração do trabalho de conclusão de curso. Tentarei ser o mais breve possível para expressar aqui tais questões, muitas das quais já foram bastante discutidas ao longo do texto.

Durante a elaboração do projeto de pesquisa, eu entendia de forma bastante incisiva a transformação abrupta da paisagem a partir da intervenção estatal como um exemplo de “processo de homogeneização” da paisagem que teve sucesso. Como se, com a chegada da Estação Florestal do Rio Vermelho, a paisagem tenha ido de um pólo marcado pela heterogeneidade das relações - uma paisagem marcada por um emaranhado de caminhos e lugares, marcas da espacialidade produzida na complexa interação entre os habitantes locais, humanos e não humanos - para um outro pólo marcado exaustivamente pautado por uma homogeneização e uma simplificação, sob uma racionalidade moderna, apagando a diversidade, as marcas singulares deixadas pelos habitantes locais ao longo de seus caminhos e de suas ações.

Ao longo da pesquisa fui percebendo uma série de matizes nesta relação entre o projeto da estação florestal e a sua “concretização”. O que percebi foi que, ao contrário do que eu pensava quando comecei a elaborar o projeto de pesquisa desta monografia, esse disciplinamento moderno da paisagem segundo uma racionalidade científica moderna, acabou por fracassar. Por quê?

Percebo que dei demasiada ênfase ao relativo sucesso da empreitada da estação florestal, seguro de que, de fato, as alterações levadas a cabo pelo Estado perpetraram a instauração de um projeto de silvicultura científica marcado por uma racionalidade disciplinar moderna, como já discuti nos capítulos anteriores. No entanto, a simplificação e a homogeneidade estão intimamente atreladas aos modos capitalistas/modernos de “fazer-mundo” (TSING, 2015: 35, tradução minha), isto é, são uma tentativa de corporificação destes universais modernos, mas encontram resistência, fricções e ruídos, processos de heterogeneização e diferenciação

incontornáveis, tanto da parte de humanos e quanto de não humanos que habitam certa paisagem. O que ocorre é que, mesmo a partir de ambientes disciplinados por uma lógica capitalista moderna, produz-se diversidade a partir da fricção, isto é, do encontro criativo entre, por um lado, paisagens marcadas por uma projetos de homogeneização capitalista moderna e, por outro, modos de vida e coletivos que oferecem resistência a isto. A vida não se adequa a tais projetos, e não há como sustentar por muito tempo esta entidade chamada “natureza objetiva”, fruto da modernidade, pura e imaculada, congelada no tempo e estável em sua forma espacial. De forma paradoxal, parece ser preciso muito esforço para produzir e manter uma “floresta original”, tal como vimos, no primeiro capítulo, a quantidade de mão de obra humana, ferramentas e maquinaria pesada utilizadas para “restituir o ecossistema original”. As práticas de sentido do Estado moderno na região, seus procedimentos de purificação da “natureza”, acabam encontrando uma infinidade de elementos imponderáveis, não dispostos à simplificação, homogeneização, achando sempre uma forma de fugir ao disciplinamento de sua racionalidade, assim como uma planta que brota por entre as rachaduras de uma construção, como raízes que irrompem por debaixo do asfalto. A complexidade e a heterogeneidade estão atreladas aos modos de vida que compõem o mundo e suas relações.

A forma de uma paisagem é resultado de uma reunião de muitos modos de vida diferentes. Pode-se tentar suprimir estes encontros, esta produção de novas relações, no que Silveira chamou de “processos de purificação” (2008: 184) da paisagem, mas nunca se poderá suprimir completamente a dimensão de hibridismo que compõe as paisagens, e em suma, compõe o mundo da vida. A oposição a processos de homogeneização e simplificação, travada por humanos e não humanos, pode ser entendida como uma forma de resistir ao disciplinamento moderno, como reivindicação pela diversidade de relações - e mesmo modos de vida não humanos, que não “reivindicam” nada no sentido estrito da palavra, têm suas formas de ação. As plantas de restinga, que foram desmatadas para dar lugar ao cultivo de pínus, voltam a brotar em meio aos pinheirais; os pínus que transbordam para fora das fronteiras da área de preservação; as dunas que foram niveladas, pela ação do vento, voltam a se formar, mesmo que em outros lugares; o fato de o projeto da estação florestal ter fracassado, com a proliferação desenfreada dos pínus, com o rebrotamento da vegetação antiga em meio aos pinheirais, demonstra como a diversidade e o hibridismo acabam por emergir, mesmo com todo o esforço purificante presente nas práticas de sentido daqueles que conceberam a estação.

A discussão de Anna Tsing sobre a ação histórica do pínus no capítulo “History” de seu livro “Mushrooms at the end of the world” (2015: 180) serve muito bem para refletir sobre o exemplo da Estação Florestal do Rio Vermelho e os motivos de sua crise. Para a autora, a racionalidade disciplinadora da silvicultura moderna

has been based on the reduction of trees—and particularly pines—to self-contained, equivalent, and unchanging objects. Modern forestry manages pines as a potentially constant and unchanging resource, the source of sustainable yields of timber. Its goal is to remove pines from their indeterminate encounters, and thus their ability to make history. With modern forestry, we forget that trees are historical actors²⁸ (TSING, 2015: 181-182).

Mas o pínus, segundo Tsing, é um exemplo paradigmático da “historical force of plants” (TSING, 2015: 182)²⁹, e em extensão, de como modos de vida não humanos fazem história. Para a autora, uma das habilidades do pínus é a de “across many times and places, to change the scene with their presence and transform the trajectories of others—that is, to make history”³⁰, e no entanto “modern forest management can grasp a moment in pine’s history, but it cannot stop the indeterminacy of encounter-based time”³¹ (TSING, 2015: 182). Meu enfoque sobre o pínus não é arbitrário, ele serve para pensar de forma crítica os modelos florestais modernos. Se hoje vemos que há uma vasta disputa em torno dos sentidos e usos da área do atual PAERVE, além da luta dos membros da Vidal Martins pelo seu território, com a presença das instituições as mais variadas e suas construções - tais como um centro de recuperação e tratamento de animais silvestres, a sede da polícia ambiental, uma estação de tratamento fluvial, ONGs de educação ambiental, e inclusive rumores de interesses do setor privado, um camping turístico - acaba por influenciar na forma espacial da área do PAERVE, e para além de seus limites, podemos ver também que as árvores, as dunas, o vento, os animais, participam de forma ativa na história desta paisagem, influenciam-na em sua materialidade.

²⁸ “Tem se baseado na redução de árvores - e particularmente pinheiros - a objetos autocontidos, imutáveis e equivalentes entre si. A silvicultura moderna gerencia pinheiros como um recurso potencialmente constante e imutável, a fonte de uma produção sustentável de madeira. Sua meta é remover os pínus de seus encontros indetermináveis, e assim, sua habilidade de fazer história. Com a silvicultura moderna, esquecemos que as árvores são atores históricos” (TSING, 2015: 181-182, tradução minha).

²⁹ “Força histórica das plantas” (TSING, 2015: 182, tradução minha).

³⁰ “Através de muitos tempos e lugares, mudar o cenário com sua presença e transformar a trajetória de outros - isto é, fazer história” (TSING, 2015: 182, tradução minha).

³¹ “O manejo da silvicultura moderna pode se apropriar de um momento na história do pínus, mas não pode parar a indeterminação de sua temporalidade baseada no encontro” (TSING, 2015: 182, tradução minha).

E com isso chegamos a outra ideia central no meu projeto, que foi se modificando ao longo da realização da pesquisa, de que as chamadas “relações sociais” entre os humanos e as transformações da paisagem estão intimamente conectadas; e mais do que isso, as relações sociais, em um sentido amplo, e as relações políticas, em um sentido mais estrito, de tensionamento, conflito, jogo de forças heterogêneas, existem para além do humano. Isto é, minha ideia era de que as paisagens, também, são políticas, e assim, há política para além do humano. Continuo com este argumento, mas a partir da observação das dinâmicas relacionais na área do PAERVE e da leitura bibliográfica de autores como Tsing, comecei a perceber de forma mais atenta o desdobramento histórico da paisagem da região, deixando de focar tanto meu olhar sobre a aparente homogeneidade estática do pinheiral, que havia sido minha primeira impressão. A história entrava em jogo de forma mais enfática, revelando a ação de outros componentes da paisagem que proliferaram a partir da crise e do gradativo abandono do projeto de silvicultura científica, com o fim da estação em 1974.

Passei a entender que, se as paisagens são políticas, elas o são justamente na medida em que são históricas. Isto é, os elementos não humanos da paisagem têm um papel significativo no “fazer história”, não sendo somente cenários amorfos para a ação humana. A própria ideia de paisagem com que trabalho aqui evoca esta noção de temporalidade, e assim, história. Conforme a o argumento de Ingold, no texto “The temporality of the landscape”, que sugere focar na temporalidade da paisagem para ir além da “oposição estéril” entre “the naturalistic view of the landscape as a neutral, external backdrop to human activities, and the culturalistic view that every landscape is a particular cognitive or symbolic ordering of space”³², buscando uma perspectiva que dê conta da paisagem como um “registro e testemunha” (INGOLD, 2002: 189, tradução minha) do acúmulo das diferentes vidas e ações que deixaram algo de si na forma da paisagem (INGOLD, 2002: 189). É isto o que quero dizer quando falo que a paisagem não é mero pano de fundo para a história humana, ou para as relações entre humanos, ou seja, não é meramente objetiva e objetificável, mas tem seu papel de sujeito, é composta de muitas relações e modos de vida que têm suas práticas de sentido para além das relações humanas.

Outra questão com que me deparei, a respeito das iniciativas de preservação ecológica e recuperação da mata nativa na região do Rio Vermelho, é a seguinte: se o projeto de

³² “A visão naturalista da paisagem como um pano de fundo neutro, externo às atividades humanas, e a visão culturalista em que toda paisagem é um ordenamento particular, cognitivo ou simbólico, do espaço” (INGOLD, 2002: 189, tradução minha)

“reflorestamento” quando da instauração da Estação Florestal não era uma volta a uma suposta floresta originária, tampouco os atuais projetos de recuperação da mata nativa conseguirão restaurar tal paisagem original, pois esta origem simplesmente não existe. Ao contrário do “ecossistema original” (ver Capítulo I, p. 21) que tentou-se recuperar, o trabalho ajudou a perceber que não há como haver esse ente chamado “paisagem original”, ou “natureza pura”, e nunca houve paisagem original na região. Se levarmos em conta este aspecto processual e relacional que compõe a paisagem, como pode haver uma “origem” em algo que remeta ao contínuo desdobramento de relações? Sob esta perspectiva, não há como imaginar um momento de “criação” de uma paisagem original, mas sim a constante emergência da paisagem, uma sempre renovada “origem”, através destes encontros multiespecíficos - de humanos e não humanos - com as dinâmicas de movimento dos elementos não orgânicos da paisagem, tal como as águas, solos, ventos, etc.

Mas se não há a “natureza original” como entidade pura a ser recuperada nesta paisagem, não quer dizer que não há nada a resgatar. A luta da comunidade quilombola Vidal Martins por seus direitos diferenciais³³, principalmente pelo direito ao território que lhes foi historicamente expropriado, pode ser vista como exemplo de resistência de um modo de vida humano que resiste à assimilação capitalista de sua singularidade, e como uma diversidade que prolifera, a despeito do racismo e da expropriação historicamente sofrida, a partir de um processo de constante emergência de elementos de diversidade. Um exemplo para pensar o constante emergir da diferença é a importância que a memória do território, a noção de pertença compartilhada, os laços de solidariedade, a vida em comunidade, enfim, os valores que os singularizam, têm para os membros da comunidade, valores que são ensinados intergeracionalmente e reforçados pelo cotidiano compartilhado.

Esta reivindicação do reconhecimento integral de sua diversidade está intimamente conectada à paisagem que compõe sua história, e à história que compõe a paisagem que conheceram, mesmo que, para a geração mais nova, através das histórias narradas pelos mais velhos. Apesar de exigir a reparação pela violência sofrida nas mãos do Estado, a reivindicação da Vidal Martins não é por uma paisagem do passado, mas pela retomada, no presente, de uma relação singular com a paisagem, pela reconquista do direito de abrir novos caminhos em direção

³³ Os direitos das comunidades remanescentes de quilombos, assim como os direitos das comunidades indígenas, estão na categoria jurídica dos direitos diferenciais. Na Introdução deste trabalho eu indico referências bibliográficas sobre o aspecto jurídico da questão quilombola.

a uma paisagem que os inclua em sua diversidade. Ou seja, é uma luta pelo acesso às práticas de sentido que lhes foram proibidas, e que, se reproduzidas, criarão novas marcas singulares sobre a paisagem, segundo as práticas de sentido orientadas pelo seu modo de vida. Se atentarmos para o caso da comunidade e sua luta pela retomada de seu território e seu modo de vida, notaremos que eles estão buscando recuperar o acesso a uma paisagem marcada pela diversidade, para reconstruir novas marcas sobre a paisagem, para proliferar a diversidade de seu modo de vida, que foi marginalizada historicamente, culminando com a perda do acesso à terra, um ponto central de sua existência singular enquanto comunidade remanescente de quilombo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Negros do Trombetas: Guardiões das Matas e dos Rios**. Belém, UFPA/NAEA, 1993.

ALMEIDA, Alfredo W. B. (org.). **Caderno de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.

ARRUTI, José Maurício P. A. Etnografia e História no Mocambo: notas sobre uma ‘situação de perícia’. In: LEITE, Ilka Boaventura. **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: NUER / ABA. 2005. P. 113-136

_____. Por uma História à Contraluz: as sombras historiográficas, as paisagens etnográficas e o Mocambo. **Palmares em Revista**: Fundação Cultural Palmares (1), 1997, p. 71-96.

BASTOS, Ângela; OLIVEIRA, Amílcar; KUERTEN, Guto. **Nobres Herdeiras**. 2015. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dc_nobres_herdeiras/#cap_i>. Acesso em: 18 set. 2017.

BECHARA, Fernando Campanhã. **Restauração ecológica de restingas contaminadas por Pinus no Parque Florestal do Rio Vermelho, Florianópolis, SC**. 2003. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Biologia Vegetal, UFSC, Florianópolis, 2003.

BERENHAUSER, Henrique. Espaçamento nos plantios de Pinus Elliottii e Taeda. **Revista Floresta**, [local desconhecido], p.21-27, s/d.

BERENHAUSER, **Um apelo ao bom senso**, s/d, Biblioteca Central da UFSC, setor de Obras Raras, pasta 2, envelope 15, folha 9

BRASIL. Constituição (1988). Artigo nº 225, de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 8 set. 2017

BRAVO, Claudia Rojas. **Comunidade quilombola Vidal Martins, Florianópolis, SC: relações identidade-território a partir de um olhar geográfico**. 2015. 128 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Departamento de Geociências, UFSC, Florianópolis, 2015.

BRITO, Maria Cecília W. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. São Paulo: ed. Annablume e FAPESP, 2000.

BUTI, Rafael Palermo. **A Antropologia em contextos da política e ação quilombola no Brasil meridional: dois casos para estudo**. 2015. 338 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Ufsc, Florianópolis, 2015.

CARDOSO, Thiago Mota. **Paisagens em transe: uma etnografia sobre poética e cosmopolítica dos lugares habitados pelos Pataxó no Monte Pascoal**. 2016. 524 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia, UFSC, Florianópolis, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. vol. 1**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada: populações tradicionais em unidades de conservação**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1996.

DUARTE, Gersusa Maria; FERREIRA, Tânia Marcia M. **Distrito do Ingleses do Rio Vermelho - Florianópolis, Santa Catarina: um espaço costeiro sob a ação antrópica**. UFSC, Florianópolis, s/d. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Procesosambientales/Hidrologia/02.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017

FATMA, Fundação do Meio Ambiente. **Parque Estadual do Rio Vermelho**. Disponível em: <http://www.fatma.sc.gov.br/conteudo/parque-estadual-do-rio-vermelho>. Acesso em: 26 jun. 2015.

FERREIRA, Francisco Antônio Carlos. **Projeto Parque Estadual do Rio Vermelho: subsídios ao plano de manejo**. Florianópolis: ed. Insular, 2010.

INGOLD, T. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: ed. Vozes, 2015.

_____. **The perception of environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. Londres, Nova York: Routledge, 2000.

IORIS, Edviges Marta. **Uma floresta de disputas: conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia**. Florianópolis. Ed. da Ufsc, 2014.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica**. São Paulo: Ed .34, 1994.

LEITE, Ilka Boaventura. Territórios de Negros em Área Rural e Urbana: algumas questões. **Textos e Debates**. Terras e Territórios de Negros no Brasil. V. 1, n. 2 NUER/PPGAS, 1991, p. 39-46.

_____. (Org.). **Negros no sul do Brasil. Invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

_____.(Org.). **Laudos Periciais Antropológicos em Debate**. Florianópolis: NUER; ABA, 2005a.

_____. **O projeto político quilombola: Desafios, conquistas e impasses atuais**. Revista de Estudos Feministas, Vol.16, no 3, 2008, pp. 965-977

LOWOOD, H. E. **The Calculating Forester: Quantification Cameral Science, and the Emergence of Scientific Forestry in Germany**. In: FRANGSMYR, T.; HEILBRON, J. L.; RIDER, R. E. (Ed.). *The Quantifying Spirit in the Eighteenth-Century*. Berkel: University of California Press, p. 315-342, 1991.

MOMBELLI, Raquel. **Visagens e Profecias: Ecos da territorialidade quilombola**. 2009. 261 f. Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia, UFSC, Florianópolis, 2009

Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER). Territórios Quilombolas: Reconhecimento e Titulação das Terras. Florianópolis. **BOLETIM INFORMATIVO DO NUER**, v.2, n.2, 2005.

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. **Povo da terra, terra do parque: presença humana e conservação de florestas no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira**. 2001. 270 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2001.

_____. **Etnografia da paisagem: natureza, cultura e hibridismo em São Luiz do Paraitinga**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2008.

_____. Híbridos na paisagem: uma etnografia sobre espaços de produção e de conservação. In: **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XII, n. 1, p. 83-98, 2009.

TSING, A. **The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2015a.

_____. **Friction: an ethnography of global connection**. Princeton University Press, 2005.

_____. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Ilha - Revista de Antropologia**, v. 17(1), 2015, p. 177-201.